

FORMAR

PREÇO 200,00
27+ABR/JUN 98
TRIMESTRAL

REVISTA DOS FORMADORES

NINGUÉM APRENDE A NADAR
FORA DE ÁGUA

Formação Inicial com (Equi)valência Académica II

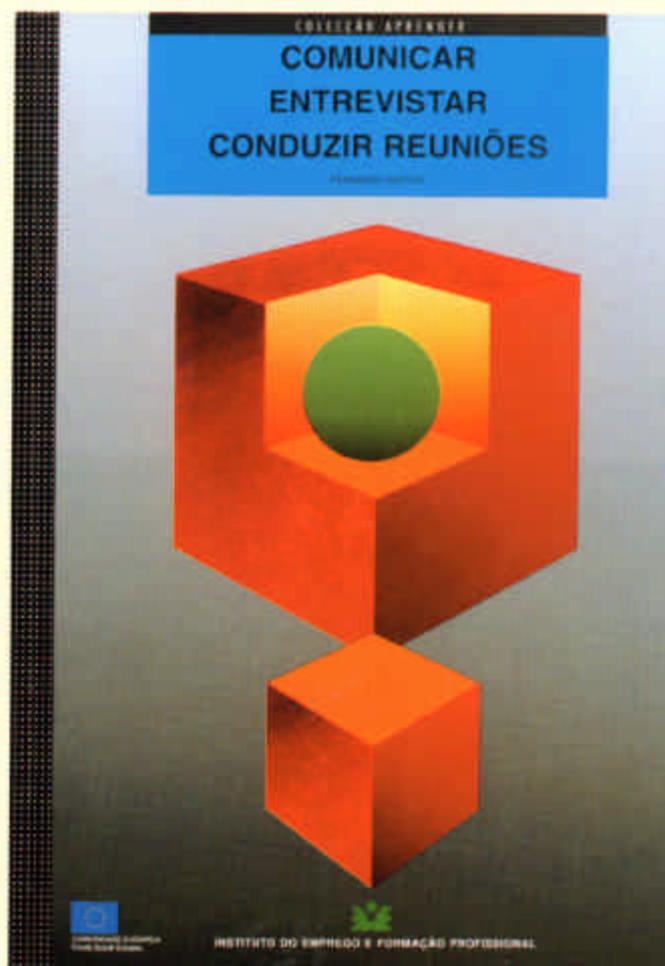
COMUNIDADE EUROPEIA
Fundo Social Europeu



INSTITUTO DO EMPREGO
E FORMAÇÃO PROFISSIONAL



INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE



Conheça as nossas publicações!

DISTRIBUIÇÃO E VENDA:

Gabinete de Comunicação

-Núcleo de Informação Científica e Técnica

Av. José Malhoa, 11 • Piso 0 • 1070 Lisboa

Telefone 722 70 00

Conscientes do interesse para os nossos leitores em lhes ser proporcionada uma informação tão completa quanto possível sobre a oferta formativa disponível nos diferentes sub-sistemas e modalidades existentes, decidimos, conforme foi referido no último editorial, colocar a FORMAR perante esse desafio, difícil sem dúvida, mas, pensamos nós, da maior utilidade e pertinência.

Afirmávamos, nessa altura, que aquele número seria dedicado aos sub-sistemas de formação inicial com equivalência escolar, que no seguinte seriam fornecidos dados sobre outras vias também de formação inicial mas que não conferem equivalência escolar e, num outro, daríamos conta das oportunidades existentes ao nível da formação contínua.

A amplitude na matéria obrigou-nos, porém, a repartir, por dois números, a oferta formativa na vertente da formação inicial com equivalência escolar.

No número anterior, como estarão recordados, demos a conhecer o contexto, estrutura, organização curricular e áreas de formação abrangidas pelos **sub-sistemas tutelados pelos dois grandes promotores institucionais:**

O **Ministério da Educação**, através dos Cursos Tecnológicos, do Ensino Secundário Recorrente por Unidades Capitalizáveis e do Ensino Profissional;

O **Ministério do Trabalho e da Solidariedade**, através da Aprendizagem – Formação Profissional de Jovens em Alternância;

No presente número, o enfoque irá para **outros sub-sistemas de formação inicial** que, embora conferindo igualmente equivalência escolar e sendo também desenvolvidos por instituições de carácter público, adoptam **modelos pedagógicos distintos** e estão **vocacionados para sectores específicos da actividade económica ou visam atingir públicos-alvo com especiais particularidades.**

As experiências que irão ser descritas referem-se concretamente:

- aos Cursos ministrados no âmbito das Escolas Tecnológicas, tuteladas pelo Ministério da Economia;
- à Formação para o Sector do Turismo, Hotelaria e Restauração, desenvolvida pelo Instituto Nacional de Formação Turística;
- ao Ensino a Distância, da responsabilidade da Marinha;
- ao Ensino Técnico-Profissional, ministrado pela Casa Pia de Lisboa.



Adelino J. Palma

Adelino Palma



4

TEMA CENTRAL
Formação Inicial com (Equi)valência
Académica II

4

Carreiras Profissionais e Ensino a Distância
na Marinha

Alcino Ferreira da Silva

20



20

A Formação para o Sector do Turismo,
Hotelaria e Restauração

O Modelo de Formação Inicial I.N.F.T.

Ana Bela Antunes

28

Escolas Tecnológicas

Ninguém Aprende a Nadar fora de Água

Paula Ascensão e Jorge Abegão

37

Formar para o EURO

Uma Resposta do IFB para Vinte Mil...

Manuel Ferreira



28

44

*O Ensino Técnico-Profissional na Casa Pia**de Lisboa**Continuidade e Mudança*

Luís Silveira



37

58

DEBAIXO DE OLHO

Livros

62

NOTÍCIAS

Aconteceu...

Vai Acontecer...



44

Propriedade: Instituto do Emprego e Formação Profissional • **Director:** Adelino Palma • **Coordenadora:** Maria Luísa Pacheco • **Conselho Editorial:** Adelino Palma, Acácio Ferreira Duarte, Armando Marques Aleixo, Elizabete Miranda, Fernando Cascais, José Manuel Ventura Dias, Maria Luísa Pacheco e Maria Viegas • **Colaboraram neste número:** Adelino Palma, Alcídio Ferreira da Silva, Ana Bela Antunes, António José Martins, Francisco Mendeiros, Jorge Abegão, Luís Silveira, Manuel Ferreira, Marta Fagulha e Paula Ascensão • **Capa e Conceção Gráfica:** Atelier Ana Filipa Tainha, Edição electrónica: António Pedro Botelho • **Ilustração:** Henrique Alves e Paulo Cintra • **Revisão:** Miguel Cunha Ferreira • **Apoio Administrativo:** Alexandra Tavares e Ana Maria Varela • **Montagem e Impressão:** SOGAPAL, Comércio e Indústria de Artes Gráficas, Lda. • **Redacção:** Departamento de Formação Profissional, Rua de Xabregas, 52 1900 LISBOA Tel.: 8682967 e 8684701 Fax: 8681982 • **Registo:** Instituto da Comunicação Social • **Edição:** Gabinete de Comunicação • **Periodicidade:** 4 números/ano • **Tiragem:** 8000 exemplares • **Depósito Legal:** 36959/90 ISSN: 0872-4989

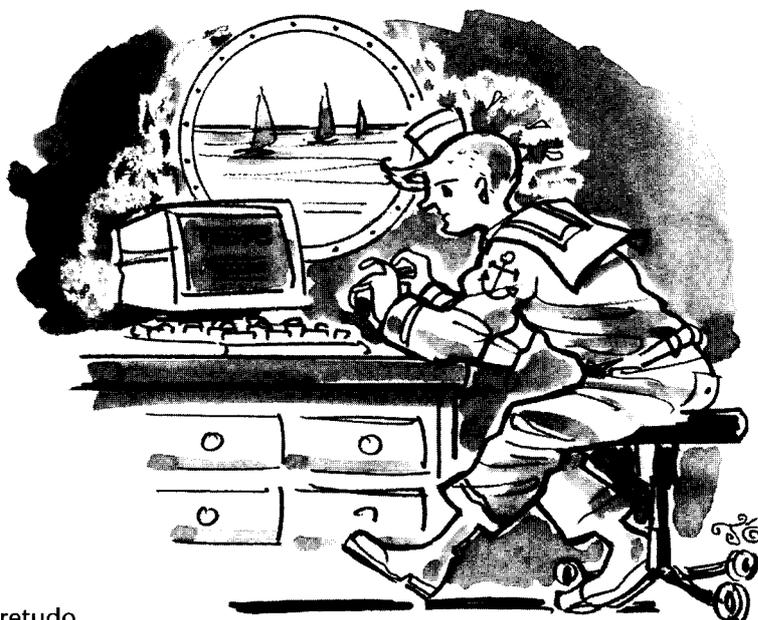
Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos autores, não coincidindo necessariamente com as opiniões da Comissão Executiva do IEFP. É permitida a reprodução dos artigos publicados, para fins não comerciais, desde que indicada a fonte e informada a Revista.

Condições de Assinatura: Enviar carta com nome, morada e função desempenhada. Toda a correspondência deverá ser endereçada para: Revista Formar - Rua de Xabregas, 52 1900 LISBOA • Email: dir@formar@mail.iefp.pt

Carreiras Profissionais e Ensino a Distância na Marinha

A Marinha nunca tinha formado a distância com um horizonte tão amplo. Herdeiro de um ultrapassado ensino por correspondência, o Centro Naval de Ensino a Distância, criado há sete anos, actualizou-se e desenvolveu com êxito programas do Ensino Básico em fase de arranque.

O que se fez e como; que reflexão e pesquisa se produziu; que inovação foi introduzida.



1. ENSINO A DISTÂNCIA E MUDANÇA

O sistema de formação da Marinha está sobretudo vocacionado para preparar o pessoal, técnica e psicologicamente, para a satisfação das suas necessidades operacionais e, por isso, o contacto e a prática com os equipamentos e a interacção humana com instrutores e os outros formandos têm sido o meio desde sempre privilegiado para levar a cabo a sua missão. A adopção do ensino a distância para realizar a componente académica da formação do pessoal, em virtude de algumas das características desta modalidade de ensino¹, constitui uma inovação que suscita questões que devem ser analisadas.

As escolas são construções sociais determinadas por necessidades e interesses de ordem política,

económica, social e cultural. A sua instituição e as vicissitudes que experimentam ao longo do tempo estão, por isso, estreitamente ligadas à evolução e às mudanças vividas pelos países e as organizações que servem.

As mudanças nos sistemas de ensino e de formação que não resultam directamente das decisões do poder desenvolvem-se em função de determinantes de ordem pedagógica, sendo, por isso, lentas e de longa maturação. Ora, este ritmo de mudança não dá uma resposta adequada às necessidades actuais, que exigem uma acção intencional

e planificada, deliberada e voluntária, para que os seus efeitos sejam eficazes. No entanto, a mudança nas escolas tem de enfrentar instituições sociais e os profissionais que nelas trabalham, os quais desejam sobretudo, estabilidade e, por isso, resistem à novidade e à mudança.

Os factores que condicionam a mudança podem organizar-se em três grupos²: *exógenos* – os que impedem a penetração da mudança; *endógenos* – os que do interior impedem a sua génese; *de limitação* – os que entram a sua difusão.

Factores Exógenos:

- Resistência do ambiente às mudanças. As comunidades desconfiam das mudanças na escola e gostam pouco de ser tratadas, e de que tratem os seus filhos, como cobaias.
- Desconfiança dos professores e formadores. A hostilidade à mudança, nomeadamente quando não participam na sua génese, é uma característica bem vincada destes agentes.
- União deficiente entre a teoria e a prática. Os investigadores têm tendência para se afastarem dos problemas da prática quotidiana e os práticos manifestam pouco interesse pela especulação teórica.
- Conservantismo cultural.
- Invisibilidade profissional. O que se passa numa sala de aula é por norma um assunto reservado aos professores e alunos.

Factores Endógenos:

- Os objectivos são muitas vezes confusos ou mal definidos.
- Não há recompensa para os inovadores. Pelo contrário, frequentemente, é a rotina a ser recompensada.

- Fraco investimento na pesquisa e desenvolvimento. Paradoxalmente, a instituição privilegiada para difundir conhecimentos, não investe neles.
- Dificuldade em diagnosticar fraquezas em virtude de uma deficiente auto-observação e auto-avaliação.
- Prioridade à rotina. A rotina, por si só, é muitas vezes suficiente para esgotar todas as disponibilidades.
- Fraco investimento na formação do pessoal, nomeadamente na formação contínua.

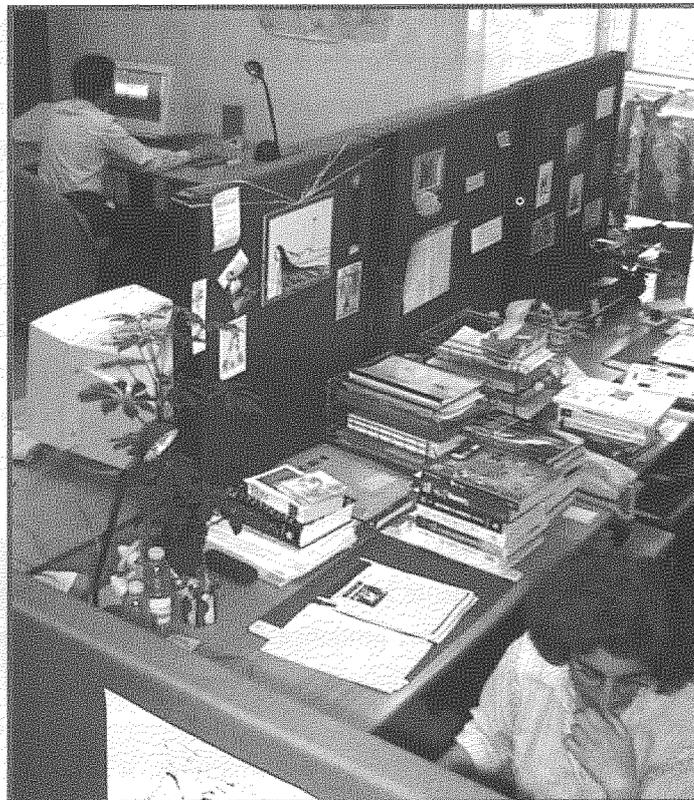
Factores de limitação

- Fraca intercomunicabilidade entre as pessoas e os serviços.
- Ausência de processos de formação para a mudança.

No que se refere aos sistemas educativos, a amplitude e natureza do fenómeno educação e formação potencia, mais que noutros sistemas, a tendência para a estabilidade, pelo que, se considerarmos necessária a mudança, teremos de encarar com realismo e naturalidade os fenómenos de resistência. Nesse sentido, torna-se necessário dar uma maior ênfase aos processos de investigação educacional e à divulgação do processo de implementação das inovações.

Os estudos sobre a inovação permitem distinguir três modelos básicos que visam descrever a forma como ela se verifica³. O primeiro, o "*modelo de pesquisa e desenvolvimento*", considera o processo como uma sucessão racional de fases, passando pela invenção, elaboração, produção e difusão da inovação⁴. O segundo, o "*modelo da interacção social*", centra o processo de inovação

no campo da difusão, isto é, na circulação da informação entre as pessoas e os sistemas, num ciclo que passa pela tomada de consciência da inovação e pela sua posterior adopção⁵. Finalmente, o terceiro modelo, "de resolução de problemas", centra-se na hipótese de que os utilizadores têm necessidades bem determinadas e de que a inovação irá satisfazer essas necessidades. O processo passa pelo diagnóstico de necessidades, pela experimentação da inovação e finalmente pela sua adopção. O quadro abaixo sintetiza as fases consideradas por cada um dos modelos.



Módulo de Física e de Inglês

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS	INTERACÇÃO SOCIAL
❶ Invenção ou descoberta da inovação	❶ Tradução das necessidades em problemas	❶ Tomada de consciência da inovação
❷ Desenvolvimento (elaboração de soluções)	❷ Diagnóstico dos problemas	❷ Interesse na inovação
❸ Produção da inovação	❸ Busca e localização de informações	❸ Avaliação da necessidade da inovação
❹ Difusão para os grandes públicos	❹ Adaptação da inovação	❹ Experimentação
	❺ Experimentação	❺ Adopção para utilização permanente
	❻ Avaliação da experimentação para a satisfação das necessidades	

Interessa ainda referir que cada um dos modelos olha de forma diferente a pessoa a quem compete a iniciativa da mudança. Enquanto que o primeiro modelo realça quem efectua a inovação, o segundo enfatiza o que a divulga e propaga e o terceiro destaca os destinatários. Isto quer dizer, desde logo, que não existem, na prática, processos de mudança segundo um ou outro modelo em estado puro, mas sim processos complexos em que os vários agentes agem de acordo com as suas necessidades, os seus interesses e convicções.

Dizer-se que os sistemas educativos mudam é um lugar comum que não necessita de demonstração. O que nos interessa não é a mudança em si, mas sim a direcção em que ela se realiza. Lembremo-nos da célebre frase, tantas vezes já ouvida nas nossas mesas: “mudar tudo para tudo ficar na mesma”. Na realidade, para se conservar, um sistema tem de mudar, de forma a atingir sempre os mesmos fins. Designa-se por *mudança operacional* a mudança que tem como finalidade a permanência⁶. Quando se efectuam mudanças no interior da organização educativa, não visando a alteração dos fins da organização, mas a sua adaptação e reajustamento ao mundo exterior dizemos estar em presença de uma *mudança estratégica*. Finalmente, quando se alteram as finalidades do sistema educativo, a sua estrutura e a natureza da sua acção, estando-se portanto em presença de uma transformação radical, diz-se que estamos perante uma *mudança paradigmática*.

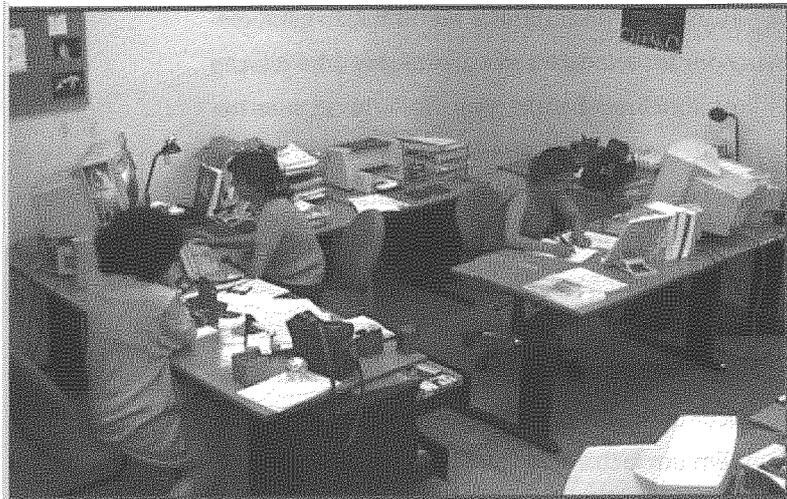
MUDANÇA SISTÉMICA DAS ORGANIZAÇÕES EDUCATIVAS

Mudança operacional	Permanência
Mudança estratégica	Adaptação
Mudança paradigmática	Transformação radical

Os sistemas educativos e de formação estabelecem com as sociedades e organizações uma relação bidireccional recebendo, por um lado, as suas necessidades e assegurando a sua satisfação e, por outro, fazendo chegar-lhes os resultados das suas reflexões e prática pedagógica, estabelecendo assim uma relação dialéctica entre escola e sociedade / organização. Através desta relação, os sistemas educativos vão sofrer as influências do meio sociocultural, mas ao mesmo tempo podem ser também um factor de transformação desse mesmo meio.

De acordo com o que atrás se esboçou, pode dizer-se que a adopção de novas metodologias e novas técnicas não arrasta atrás de si, obrigatoriamente e de imediato, uma mudança, se não existir uma vontade expressa de mudar, se não se definirem os objectivos e se não se planearem e desencadearam as acções ao nível das organizações e das pessoas que eliminem as resistências e, ao mesmo tempo, provoquem no meio ambiente um clima favorável.

A recente adopção das metodologias de ensino a distância para responder a um problema conjuntural –o défice de habilitações académicas ao nível do 9º ano de escolaridade– e a posterior decisão de as tornar elemento estruturante da formação dos futuros sargentos da Marinha –permitindo a obtenção do 12º ano de escolaridade– obrigam, por isso, a uma reflexão profunda, envolvendo não só o conhecimento do meio ambiente em que elas serão aplicadas, mas também, e sobretudo, um reforço do conhecimento das envolventes pedagógicas, organizativas e administrativas que a implantação de um subsistema de ensino a distância, no sistema de formação da Marinha, acarreta.



Aprendizagem do módulo de Português

O ensino a distância, na sua variante de ensino por correspondência, não era uma novidade para a Marinha, pois, desde o início da década de 80, o Centro de Instrução por Correspondência (CIC) desenvolveu uma oferta de formação académica que visava, para além da elevação do nível cultural do pessoal em serviço na Marinha, ajudar as pessoas a prepararem-se para fazer os exames nacionais até ao nível do 9º ano. Os cursos oferecidos tiveram de início uma grande procura e geraram algum entusiasmo, tanto mais que se esperava que poderiam vir a ser acreditados a nível interno. No entanto, a realidade é que, no início dos anos 90, a sua fórmula estava esgotada, não só no que se refere ao modelo de ensino programado adoptado, como pela pouca credibilidade de que gozava junto da administração, que nunca tinha reconhecido e acreditado internamente os cursos por correspondência, mas sobretudo junto dos potenciais alunos que pretendiam ver o seu esforço de aprendizagem certificado ou, pelo menos, reconhecido a nível interno da Marinha. Por isso, quem queria elevar os seus níveis académicos passou a recorrer aos cursos

nocturnos oferecidos pelo Ministério da Educação e só procuravam os cursos do CIC indivíduos que tinham como objectivo refrescar conhecimentos antes da frequência de cursos de promoção.

Sucedendo ao CIC, o Centro Naval de Ensino a Distância (CNED), criado em 1991, tem, desde as suas origens, procurado desenvolver as suas actividades em paralelo com o estudo das características do meio envolvente, dos potenciais alunos e das teorias de aprendizagem, do ensino a distância e dos outros modelos de organização e distribuição da formação, de forma a não se deixar ultrapassar pela evolução que o campo do ensino e da formação experimenta, de ano para ano. Este esforço conduziu à adopção e desenvolvimento interno de um modelo de aprendizagem e ao delinear de um esboço de teoria de ensino a distância, que têm orientado com algum sucesso o desenvolvimento dos programas de ensino a distância que têm sido cometidos ao CNED – 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário, actualmente na fase de arranque⁷.

Paralelamente, os processos avaliativos têm sido uma das vertentes a que se tem dado importância primordial, não só pelo seu interesse para o desenvolvimento dos programas de formação, mas também porque são um meio privilegiado para aumentar os nossos conhecimentos das realidades sobre que actuamos. A recolha e análise de dados são actualmente processos sistemáticos e o objectivo final que perseguimos é o de não deixar de fora da avaliação qualquer aspecto da nossa actividade⁸.

Nas páginas seguintes, procurar-se-á dar conta das acções até agora desenvolvidas e de alguns aspectos do esforço de reflexão e pesquisa que as têm orientado.

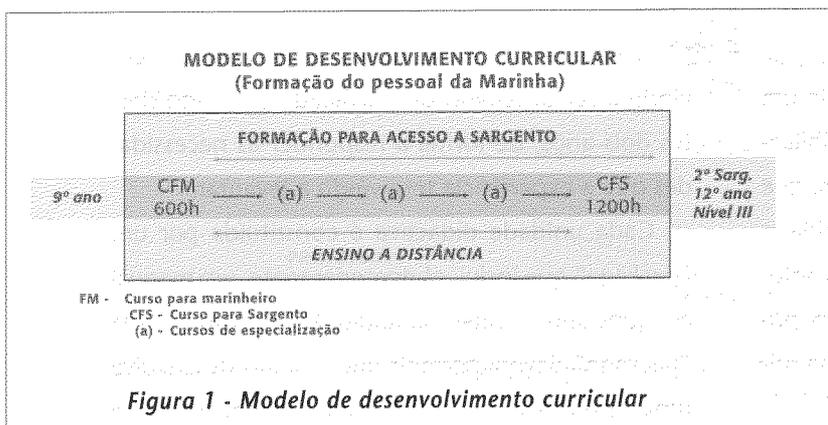
2. O ENSINO A DISTÂNCIA NA MARINHA

A adopção do ensino a distância foi determinada por se verificar que era a modalidade de ensino que melhor respondia às características da população alvo necessitada de adquirir o 9º ano de escolaridade⁹ –em virtude da obrigatoriedade estabelecida pelo novo normativo estatutário– e, ao mesmo tempo, tinha também em conta as próprias necessidades da Marinha. Entre outras, citam-se algumas das determinantes desta opção:

- O pessoal está disperso por todo o país, incluindo os arquipélagos dos Açores e Madeira e mesmo a prestar serviço em países estrangeiros.
- Muitos dos possíveis interessados estavam embarcados em navios com grande mobilidade.
- Era impossível enviar para as escolas, durante 2 ou 3 anos, algumas centenas ou milhares de militares porque isso paralisaria a Marinha por falta de pessoal para as guarnições dos navios, para além de se tornar economicamente insustentável.



- Dado o elevado número de alunos e a diversidade das suas situações era imperioso proporcionar igualdade de oportunidades para todos os interessados.
- A Marinha possuía alguma experiência anterior de ensino por correspondência e muitos dos potenciais alunos frequentaram cursos por correspondência durante a década de 80.



- Sendo todos os possíveis alunos adultos e naturalmente interessados em prosseguir a carreira naval, seria de esperar que a sua motivação fosse elevada.

Apesar do recurso ao ensino a distância ser determinado por uma situação conjuntural¹⁰, cedo se constataram as suas grandes potencialidades que levaram à adopção do modelo de desenvolvimento curricular da formação do pessoal da Marinha, que tem como um dos seus objectivos a qualificação dos futuros sargentos com o 12º ano de escolaridade e o nível III de qualificação profissional.

Este modelo, representado na figura 1, assenta nos seguintes princípios:

- A adopção dos conceitos de unidade capitalizável e crédito para o desenvolvimento dos currículos e para a certificação académica e profissional.
- A combinação de formação presencial, em escola e no local de trabalho, para as componentes técnica e tecnológica, com o ensino a distância, para a formação geral e específica.
- A redução do tempo de permanência do pessoal nas escolas.
- Facultar a possibilidade das pessoas gerirem a sua própria carreira, numa perspectiva de formação contínua e aprendizagem, ao longo da vida.
- Conciliar diferentes ritmos de aprendizagem com as exigências de desempenho necessárias à Marinha.

2.1. O CURSO DO 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO POR ENSINO A DISTÂNCIA

O primeiro projecto de ensino a distância a que se lançou mãos foi, como se disse, resultante de um problema conjuntural desencadeado pela publicação dos novos estatutos dos militares das FA's, que exigiam, a partir de 1996, o 9º ano de escolaridade para o prosseguimento da carreira militar. A solução encontrada foi a de lançar um concurso público e estabelecer um contrato com a empresa privada que o ganhou – a ENSINUS¹¹.

Não estando ainda regulamentado o ensino a distância para o ensino não superior, adoptou-se o sistema de unidades capitalizáveis por ser o que melhor se adaptava às características de um ensino não presencial e proporcionava as condições de

flexibilidade exigidas pelas especificidades da população alvo.

O curso organiza-se em 7 disciplinas, tendo cada uma 8 ou 9 unidades capitalizáveis. Depois da inscrição, os alunos efectuam um teste diagnóstico para colocação no curso e progridem à medida que vão tendo aproveitamento nos testes de cada uma das unidades. Os testes podem ser realizados na ENSINUS, mensalmente, durante períodos pré-estabelecidos, no CNED após o contacto do aluno com a Coordenação ou nas unidades em que prestam serviço, sob a supervisão dos respectivos Comandos.

DISCIPLINAS	UNIDADES CAPITALIZÁVEIS
Inglês	8
Português	8
Matemática	8
Ciências Naturais	8
Ciências Sociais	8
Artes Visuais	9
Introdução às Actividades Económicas	9

O sistema de apoio aos alunos (figura 2) tem vindo a ser desenvolvido e avaliado ao longo destes dois anos, de forma a responder às necessidades que a experiência tem vindo a levantar.

Cada unidade didáctica é constituída por um "package" que inclui, obrigatoriamente, um manual e alguns apoios vídeo ou áudio. Em princípio, cada "package" deverá permitir que o aluno desenvolva uma aprendizagem autónoma dos conteúdos e atinja os objectivos da unidade. Esta exigência, estabelecida no caderno de encargos¹², tem em consideração a situação específica dos muitos alunos embarcados ou deslocados em locais remotos, a quem não é possível fornecer qualquer outro tipo de apoio.

Os alunos podem deslocar-se a um Centro de Apoio para participarem em sessões presenciais pré-marcadas para esclarecimento de dúvidas. Existem dois Centros de Apoio, na região de Lisboa, servindo as áreas de maior concentração de pessoal. No Norte do país, os alunos são apoiados por uma escola privada, associada da ENSINUS, sediada no Porto. Para o Arquipélago dos Açores existe um coordenador que se desloca com alguma regularidade às ilhas em que existem alunos e procura providenciar os apoios possíveis, normalmente junto de professores das escolas oficiais existentes. A mesma solução é adoptada para outros alunos isolados, dispersos em vários pontos do país.

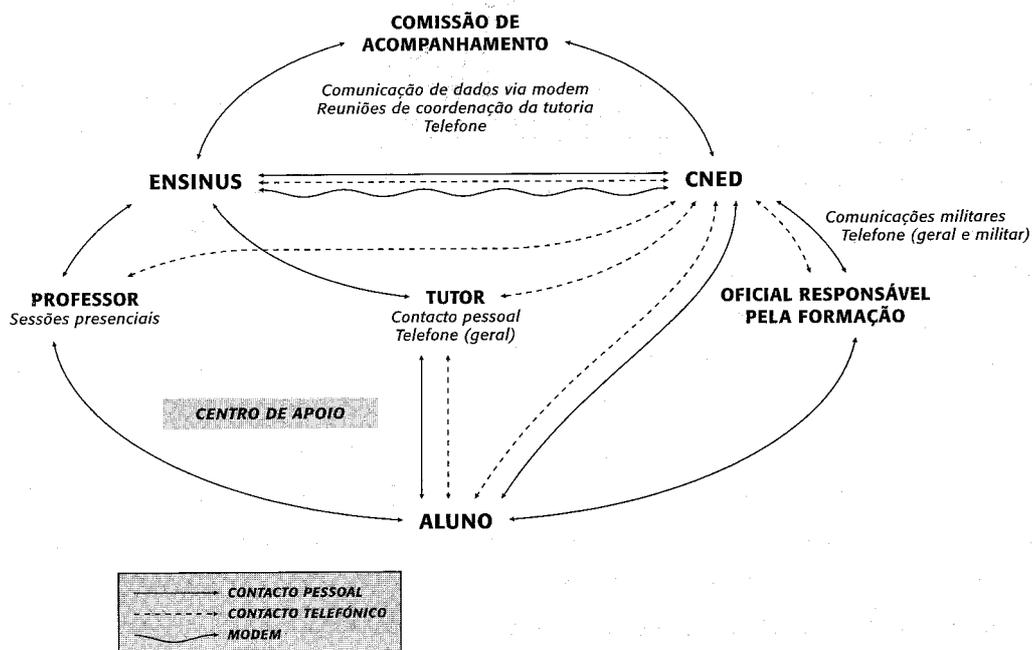
Cada aluno é apoiado por um tutor que está disponível, em períodos pré-marcados, no centro de

apoio para contacto pessoal ou telefónico. Alguns tutores, nos últimos tempos, disponibilizaram-se para serem contactados nas suas próprias casas¹³.

A situação dos alunos embarcados e a necessidade de assegurar o seu acompanhamento levou a que a Marinha decidisse atribuir responsabilidades aos Comandantes relativamente aos alunos da sua unidade a frequentar cursos, criando a figura e as funções de Oficial Encarregado pela Formação, em todas as unidades e organismos.

Pelo seu lado, o CNED tem uma equipa de coordenação constituída por professores, que, ao mesmo tempo que fazem a supervisão do funcionamento do curso, têm vindo a alargar progressivamente as suas funções, servindo de elemento de ligação da ENSINUS com os alunos e as unidades em que prestam

Figura 2 - Comunicação e apoio aos alunos



serviço, procurando facilitar e estimular a comunicação e passando mesmo a desenvolver algumas actividades de tutoria e aconselhamento dos militares, que recorrem ao CNED para se informarem das suas possibilidades de prosseguimento de estudos.

O curso é monitorizado através de um programa informático em que os dados relevantes relativamente ao seu funcionamento são regularmente actualizados na ENSINUS e transmitidos, via modem, para o CNED. Entre esses dados citam-se os seguintes:

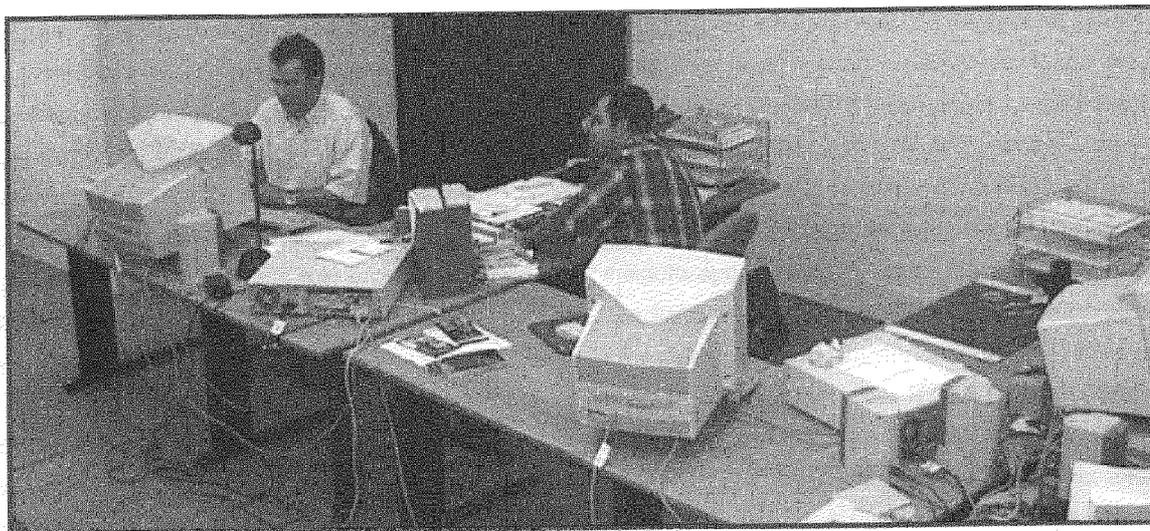
- Marcação e presença dos alunos nas sessões presenciais – data, disciplina, unidade.
- Contactos com os tutores – data e resumo do contacto.
- Marcação e realização de testes – data, disciplina, unidade, resultado obtido.

A partir da análise destes dados foram definidas as figuras de *aluno activo* (com movimentos nos últimos dois meses), *aluno semi-activo* (sem movi-

mento nos últimos quatro meses) e *aluno inactivo* (ao fim de seis meses sem movimentos). Para cada uma destas figuras definiram-se procedimentos-padrão de contacto telefónico, por correio ou pessoal e de aconselhamento e apoio, que, em caso de não surtirem resultado, levam à sugestão do pedido de desistência ou, em último caso, à eliminação.

Para além dos dados directamente relacionados com o curso, o CNED tem também acesso à Base de Dados Central da Marinha onde pode obter os elementos biográficos e profissionais dos alunos.

Para avaliar o funcionamento do sistema e, em especial, a qualidade dos materiais e do ensino, está em execução um programa de avaliação constituído, essencialmente, por um questionário sistematicamente preenchido pelo alunos no fim do estudo de cada unidade e por entrevistas regulares. Através do tratamento estatístico dos questionários e do confronto dos seus resultados com os das entrevistas, tem sido possível detectar alguns problemas e introduzir as alterações necessárias para os superar.



Aprendizagem do módulo de Desenho

Os resultados obtidos durante os três anos de funcionamento do curso são em geral positivos e animadores¹⁴. Dos cerca de 1100 alunos que se inscreveram até ao momento, 200 já concluíram o curso e cerca de 250 estão a manter um ritmo de progressão razoável¹⁵.

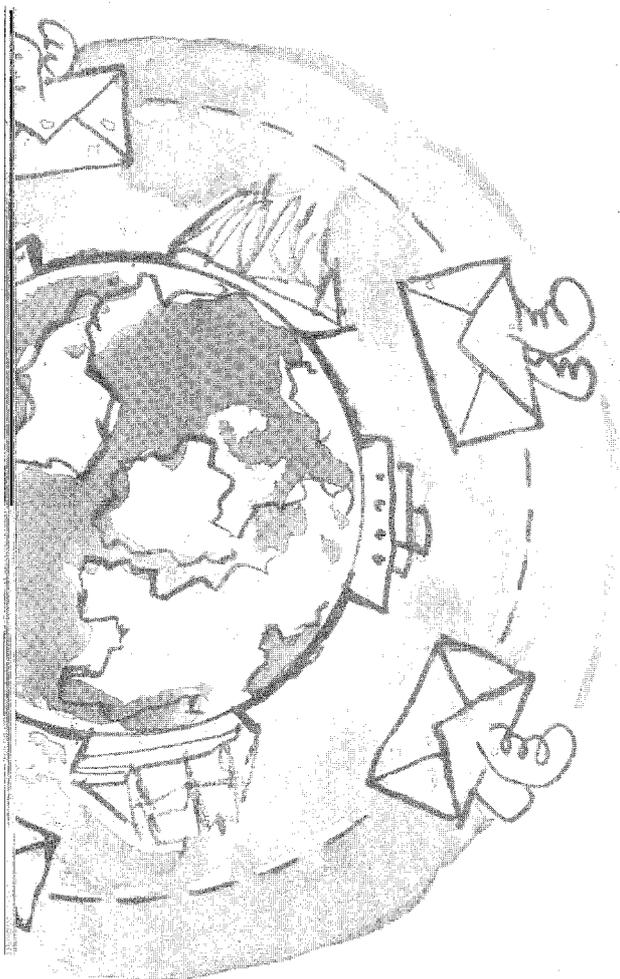
Como acontece, normalmente, nos cursos de formação geral para adultos, as desistências e eliminações têm sido bastante elevadas, atingindo cerca de 50% dos alunos inscritos¹⁶. Embora nos cursos regulares conduzidos pelo Ministério da Educação não exista a eliminação, no nosso caso foi necessário recorrer a ela em virtude da inactividade acarretar custos elevados. Desta população, cerca de 90% não chegaram, sequer, a iniciar o curso, não efectuando qualquer teste¹⁷.

2.2. O PROJECTO DO ENSINO SECUNDÁRIO

O primeiro esboço de um projecto para o ensino secundário utilizando a modalidade de ensino a distância nasce em meados de 1993, a partir de uma determinação do, então, Almirante Director do Serviço de Instrução e Treino e começa a ganhar corpo a partir do momento em que o modelo de formação para os futuros sargentos é aprovado.

Após negociações entre os Ministérios da Defesa e da Educação, foi publicado um despacho conjunto que instituiu o Projecto Piloto de Ensino a Distância nas Forças Armadas, conferindo autonomia pedagógica ao CNED, e ao abrigo do qual se está a desenvolver o curso do ensino secundário recorrente a distância, cujas linhas principais tentaremos descrever, de forma resumida, nos parágrafos seguintes¹⁸.





O projecto para o Ensino Secundário Recorrente por Ensino a Distância desenvolve-se com base na experiência do 9º ano de escolaridade, tendo como sustentação a progressiva tomada de consciência das potencialidades do ensino a distância, pesando embora a tomada de consciência paralela das grandes dificuldades que seria necessário enfrentar, nomeadamente o financiamento inicial, a obtenção e

formação dos meios humanos necessários e a concepção e desenvolvimento de um sistema de ensino completamente novo.

Não é este o local para uma descrição detalhada do projecto, pelo que nos limitaremos a focar algumas das características mais marcantes do sistema de ensino que se está a implementar e a fornecer alguns dados da actual situação.

Do currículo dos cursos do Ensino Secundário Recorrente, a Marinha optou por escolher seis disciplinas –Português, Matemática, Inglês, Físico-Química, Geometria Descritiva e Economia– correspondendo às componentes de formação geral e específica. Destas disciplinas, os cursos que a Marinha desenvolverá têm como disciplinas o Português, a Matemática e o Inglês, sendo a quarta optativa, podendo os alunos escolhê-la de acordo com as suas especializações. A componente técnica será desenvolvida nas escolas de aplicação da Marinha através de ensino presencial.

Como se disse, o projecto para o ensino a distância recolheu muitos ensinamentos da experiência do curso do 3º Ciclo do Ensino Básico Recorrente, especialmente das suas debilidades.

Desde os primeiros momentos do desenvolvimento do curso, constatou-se que as versões iniciais dos manuais produzidos pela ENSINUS apresentavam algumas deficiências em virtude dos seus autores não estarem especialmente dedicados e preparados para o ensino a distância¹⁹ e, apesar da boa vontade demonstrada pelos seus responsáveis, sentirem algumas dificuldades em introduzir-lhes as correcções e os melhoramentos que a avaliação a que vinham sendo submetidos aconselhava. Este facto está na origem da decisão de criar uma equipa permanente de professores, que se têm

vindo a especializar em ensino a distância, a qual terá funções que vão desde a produção dos materiais até à gestão de todo o processo de aprendizagem das suas disciplinas.

Para gerir a função avaliação, que se considera prioritária e determinante para a qualidade do ensino a distribuir, foi criado, e está já em funcionamento, o Gabinete de Avaliação. A avaliação do ensino sustentar-se-á num referencial de avaliação²⁰, que permitirá a integração e análise dos dados recolhidos sistematicamente em todos os componentes do sistema.

O processo de avaliação dos alunos será sustentado por um banco de itens informatizado, que se pretende venha a ter a capacidade para gerar automaticamente os testes, facultando aos alunos uma muito maior flexibilidade na sua realização e uma maior segurança e rigor no sistema de avaliação, nomeadamente através da avaliação dos próprios itens e testes gerados²¹.

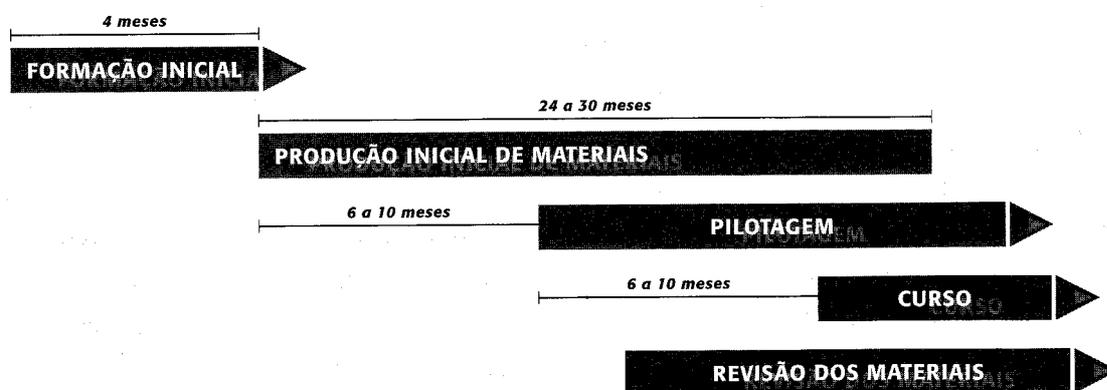
A avaliação dos materiais e da tutoria aprofundará as características do actual sistema, envolvendo todos os participantes no processo de ensino, nomeadamente autores, professores, tutores, alunos e pessoal administrativo, e permitirá a introdução das correcções e aperfeiçoamentos de uma forma rápida e continuada.

Para a realização do projecto, o Ministério da Educação destacou, em Outubro de 1996, 12 professores que se encontram actualmente a produzir os materiais do curso e a gerir a pilotagem das suas disciplinas.

O projecto de lançamento do curso previa um período inicial de cerca de 4 meses para a formação dos professores, a que se seguiria a produção das primeiras versões dos materiais.

A formação inicial dos professores teve como objectivo fundamental a sua preparação para as novas funções exigidas pelas características do ensino a distância e contou com a colaboração da Fa-

Figura 3 - Projecto de lançamento do ensino secundário



culdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Foram desenvolvidas acções versando temáticas diversas, nomeadamente teoria da aprendizagem e do ensino a distância, educação de adultos, desenvolvimento curricular, avaliação, investigação educacional e informática. Após este período inicial, têm vindo a ser realizadas acções pontuais focando as necessidades que os professores vão experimentando na execução das suas funções²².

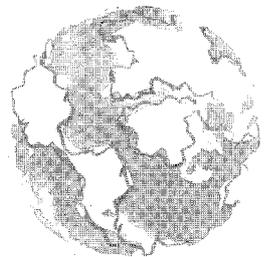
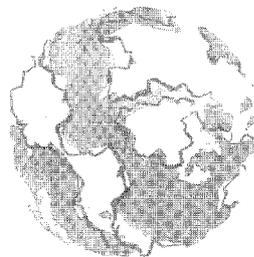
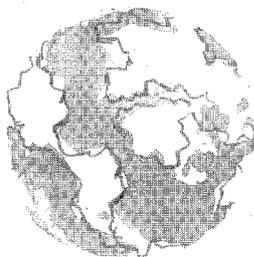
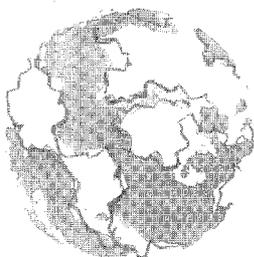
Terminada a formação, os professores passaram a desenvolver a produção dos manuais das primeiras unidades das suas disciplinas²³. A produção dos materiais não tem sido tão rápida como se esperava, na medida em que se tornou necessário construir de raiz as matrizes de objectivos de cada uma das unidades do curso – tarefa que se julgava não vir a ser necessária pelo facto de se adoptarem os programas do Ministério da Educação, mas que se tornou obrigatória em virtude de muitas disciplinas apresentarem os seus objectivos numa forma que não satisfazia as nossas necessidades, nomeadamente no que se refere à avaliação dos alunos e à construção dos materiais. Por outro lado, também se tornou evidente que os professores teriam de ter tempo para assimilarem e interiorizarem o modelo

de aprendizagem adoptado pelo CNED, para além de desenvolverem as suas competências para trabalhar em equipa e com meios informáticos²⁴.

Em face do atraso verificado na produção dos materiais, a fase de pilotagem só se iniciou em fins de Março de 1998, realizando-se os primeiros testes durante o mês de Junho²⁵. Para esta fase, foram seleccionados cerca de 100 alunos, entre 550 pré-inscritos, a quem só foi permitida a inscrição em duas disciplinas. Estes alunos, para além de desenvolverem a sua aprendizagem, vão prestar sistematicamente informações e emitir opiniões sobre a qualidade dos materiais e do curso, de forma a orientar a sua condução e permitir as acções de melhoramento necessárias²⁶.

Está também em fase de arranque o sistema de apoio aos alunos. Para esse apoio os alunos contam com os seguintes meios:

- Tutor – O tutor, que para os alunos da Marinha é um oficial na situação de reserva, tem funções de carácter fundamentalmente motivacional. Por norma, deverá contactar com frequência (de 15 em 15 dias) os alunos que lhe estão atribuídos, procurando informar-se das dificuldades que eles



estão a sentir e aconselhá-los. Poderá, sempre que o considerar necessário, sugerir à coordenação acções de apoio especiais para determinados alunos.

- Professor assistente – É um professor da disciplina, que colaborará com o CNED, ajudando os alunos a superar as dúvidas relativas aos conteúdos. A sua função é exclusivamente a de tirar dúvidas e só o fará se os alunos as especificarem em impresso criado para esse efeito²⁷.
- Professor do CNED – Os professores do CNED têm estabelecido um horário semanal de atendimento podendo ser contactados pessoalmente ou por telefone.
- Centros de Apoio Fixos (CAF) – Actualmente existe um Centro de Apoio nas instalações do CNED e prevê-se, em breve, a entrada em funcionamento de um outro na Margem Sul. Os Centros de Apoio dispõem de biblioteca e mediateca e meios informáticos para comunicação²⁸.
- Centros de Apoio Móveis (CAM) – Estes centros são constituídos por uma biblioteca e mediateca básica, com materiais seleccionados para apoio às disciplinas do curso. Dispõem ainda de meios informáticos com possibilidade de comunicação. Serão colocados em navios ou em locais em que

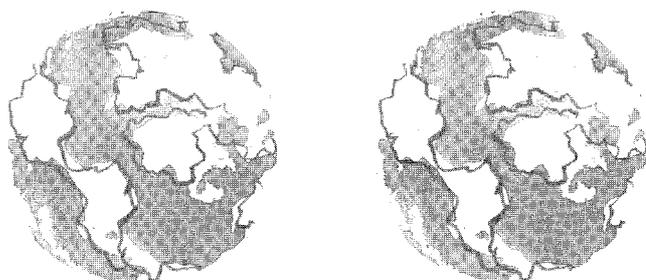
os alunos não possam socorrer-se dos Centros de Apoio Fixos.

Está também em fase de implantação o sistema de comunicações que permitirá várias modalidades de contacto entre professores e alunos e entre estes, de forma a possibilitar oportunidades de interacção, essenciais para o desenvolvimento da aprendizagem.

Estamos ainda a dar os primeiros passos num caminho que será certamente longo e difícil – em educação e formação haverá alguma coisa fácil? No entanto, os resultados até aqui obtidos, quer no curso do 3º Ciclo, quer nas primeiras fases de desenvolvimento do Ensino Secundário, permitem-nos encarar o futuro com algum optimismo.



ALCINO FERREIRA DA SILVA
Director do CNDE



NOTAS

¹ Nomeadamente o facto do aluno realizar a sua aprendizagem isolado, o que inibe a interacção com outros alunos, professores e instrutores e é determinante para o desenvolvimento de atitudes, comportamentos e espírito de corpo, essenciais numa instituição militar. No entanto, o ensino a distância já integra hoje alguns elementos que permitem essa interacção e o modelo de formação adoptado pela Marinha prevê que a formação técnica seja realizada através do ensino tradicional nas escolas de aplicação.

² HAVELOCK, R., *Guide for Innovation Through Dissemination and Utilization of Knowledge*, Ann Arbor, University of Michigan, Michigan, 1971, cap. 2.

³ HUBERMAN, A. M., *Como se verificam as mudanças em Educação, Subsídios para o estudo do problema da inovação*, S. Paulo, Editora Cultrix, s/d.

⁴ É este, claramente, o modelo seguido nos Estados Unidos e também nos países latinos, em que os processos de pesquisa se centralizam no Estado, só se verificando a sua difusão após um período experimental.

⁵ Este modelo é característico dos sistemas descentralizados, como por exemplo o Inglês. A adopção de uma nova prática ou dispositivo, passa sempre pela sensibilização e consequente adesão de alguns administradores ou professores, que de seguida os experimentam e difundem pelos colegas.

⁶ BERTRAND, Yves e VALOIS, Paul, *Paradigmas Educacionais, Escola e Sociedade*, Lisboa, Instituto Piaget, 1994.

⁷ O CNED desenvolveu para além do 3º Ciclo do Ensino Básico, um programa do 2º Ciclo do Ensino Básico, numa modalidade presencial, com os seguintes resultados:

1992/93 - 6 turmas	1993/94 - 2 turmas
Alunos inscritos - 138	Alunos aptos - 98

⁸ A criação do Gabinete de Avaliação, com funções na avaliação dos alunos e do sistema de formação, vem dar corpo a esta dimensão absolutamente imprescindível e qualquer processo formativo.

⁹ Num levantamento efectuado antes do lançamento do curso do 3º Ciclo estimaram-se em cerca de 3500 os indivíduos que não detinham esta qualificação académica.

¹⁰ A situação era conjuntural, mas, na realidade, os problemas de escolaridade baixa e as dificuldades de qualificação, que o país em geral apresenta para enfrentar os desafios da modernidade, são estruturais. O que quer dizer que os sistemas de ensino e de formação profissional terão de encarar, ainda por bastante tempo, o enorme desafio de elevarem a educação e formação aos níveis dos nossos parceiros europeus.

¹¹ Apresentaram-se a concurso duas empresas de formação tendo sido o curso adjudicado à ENSINUS que apresentou um curso próprio, regulamentado por Despacho Normativo do ME, assegurando portanto o objectivo de certificação pretendido.

¹² É evidente que se sabe que muito dificilmente será possível obedecer a estas condições, tanto mais num país em que a experiência de produção de materiais de ensino a distância para este nível de ensino é ainda incipiente. Conscientes deste facto, o CNED e a ENSINUS têm desenvolvido esforços no sentido de levantar as dificuldades dos alunos e manter, com base nas informações recolhidas, os materiais em permanente revisão e alteração.

¹³ O problema da tutoria tem sido um dos aspectos mais sensíveis. A falta de experiência anterior dos professores/tutores no exercício desta modalidade

de apoio faz com que só progressivamente tomem consciência das particularidades e importância das suas novas funções, e a atitude assinalada é disto um exemplo. Registe-se, entretanto, que se têm verificado evoluções muito positivas na actividade dos tutores.

¹⁴ Estes resultados são referidos a 28FEV98.

¹⁵ A progressão dos alunos no curso está muito dependente das suas situações profissionais. Verifica-se uma clara diminuição do ritmo de progressão no pessoal embarcado em navios e em unidades operacionais de fuzileiros, em virtude da dificuldade que os alunos têm em encontrar situações favoráveis à aprendizagem.

¹⁶ Registe-se que grande parte destes alunos pertencem à primeira leva de inscrições e que muitos deles não tinham motivação forte para estudar. Inscreveram-se para ver "o que dava" mas não fizeram qualquer esforço. A maior parte deles não chegou sequer a fazer os testes da primeira unidade.

¹⁷ Para estes alunos foi criada a designação de *não iniciados*. Em consequência da dimensão do fenómeno, o CNED tem desenvolvido alguma pesquisa, com base em entrevistas aos alunos desistentes e eliminados (sempre que se consegue a sua colaboração, o que é de uma forma geral bastante difícil) no sentido de compreender as causas deste fenómeno e tentar combatê-lo.

¹⁸ Despacho Conjunto n.º 347/97, de 18 de Setembro, dos Ministérios da Defesa Nacional e Educação.

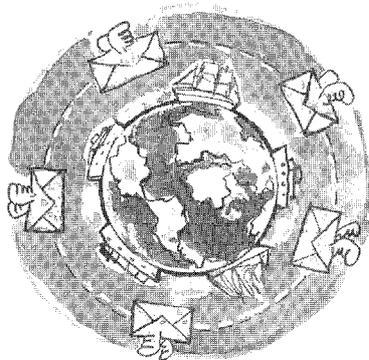
¹⁹ Os autores dos manuais do 9º ano de escolaridade têm como actividade principal o ensino presencial e, apesar de algumas acções de formação em que participaram, não chegaram a adquirir a sensibilidade para as especificidades do ensino a distância, indispensáveis para realizarem um produto que tivesse em conta as situações específicas em que os nossos alunos iam estudar e aprender.

²⁰ O referencial de avaliação, já construído, integra variáveis de natureza institucional – notas dos alunos, ritmos de progressão, objectivos determinados pela Marinha, etc – do modelos de aprendizagem e da teoria de ensino a distância e inspira-se nas teorias e metodologias aplicadas na auditoria da formação, em especial em FIGARI, Gérard, *Avaliar: que Referencial*, Porto, Porto Editora, 1996; BOTERF, Guy le, DUPOUEY, Paul e VIALLET, *L'Audit de la Formation Professionnelle*, Paris, Les Editions d'Organisation, 1990; LECOINTE, Michel e REBINGUET, *L'Audit de l'Établissement Scolaire*, Paris, Les Editions d'Organisation, 1990 e CANDAU, P., *Audit Social*, Paris, Librairie Vuibert, 1985.

²¹ A concepção do banco de itens tem vindo a ser desenvolvida pelo CNED com a colaboração da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. A construção da aplicação informática, actualmente em fase já adiantada, está a cargo da Direcção de Análise e Métodos de Apoio à Gestão (DAMAG) da Marinha. Existem, naturalmente muitas dificuldades a ultrapassar, nomeadamente na construção de um banco que contemple todos os tipos de itens, pelo que o sistema de avaliação dos alunos será implantado de uma forma faseada.

²² A formação inicial de professor teve cerca de 300 horas lectivas, complementadas com formação no local de trabalho. Uma das áreas mais solicitadas tem sido a da avaliação, nomeadamente pelas dificuldades sentidas na construção das matrizes de objectivos e dos testes.

- ²³ Tendo em consideração a experiência do curso do 3º Ciclo, as características dos nossos alunos sujeitos a uma mobilidade profissional muito elevada e os resultados da análise de numerosos questionários e entrevistas optou-se por basear a nossa formação em materiais escritos. Os outros media serão utilizados onde e quando se mostrarem necessários, nomeadamente tendo em conta a experiência dos alunos na fase de pilotagem. Estamos actualmente a desenvolver, em colaboração com a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, alguns produtos em suporte informático. Iniciámos também uma experiência de produção vídeo, cujos resultados se mostraram animadores em termos económicos e de qualidade.
- ²⁴ Um grande número de professores não tinha ainda qualquer prática de trabalho com computadores e tiveram de a desenvolver, tanto mais que uma das suas funções é produzir os materiais escritos que devem sair das suas mãos prontos para a impressão. Por outro lado, um dos aspectos que se revelou mais problemático foi exactamente o trabalho em equipa. Os professores tiveram de aprender a fazê-lo, o que não foi nada fácil.
- ²⁵ Durante a pilotagem, os testes realizar-se-ão em datas pre-estabelecidas. Pretende-se que quando o curso entrar na fase de funcionamento normal os alunos possam ser avaliados quando o solicitarem.
- ²⁶ A pilotagem será em fins de Setembro próximo alargada a elementos da Força Aérea prestando serviço em duas bases aéreas e prevê-se que esteja disponível para todos os interessados em meados do próximo ano.
- ²⁷ Estava previsto que estes professores só actuariam quando expressamente solicitados pelos alunos. Entretanto, verificou-se que muito poucos alunos colocavam dúvidas e que existia da sua parte alguma resistência em o fazer. Para tentar desbloquear o processo decidiu-se montar um esquema de apoio presencial, na sede do CNED e numa escola secundária da Margem Sul, de duas horas semanais por disciplina. Os professores assistentes, que vão animar estas sessões, têm como uma das suas funções ajudarem os alunos a especificar as suas dúvidas, na medida em que este é um dos aspectos em que eles manifestam mais dificuldades.
- ²⁸ Os alunos poderão utilizar as facilidades da Internet para comunicarem com os professores e tutores. Prevê-se também o desenvolvimento de um grupo de discussão para cada uma das disciplinas. Os Centros de apoio disporão também de meios para teleconferência.



BIBLIOGRAFIA

- BERTRAND, Yves e VALOIS, Paul, *Paradigmas Educacionais, Escola e Sociedades*, Lisboa, Instituto Piaget, 1994.
- BOTERF, Guy le, DUPOUEY, Paul e VIALLET, *L'Audit de la Formation Professionnelle*, Paris, Les Editions d'Organisation, 1990.
- BROOKFIELD, S. D., *Adult Learner, Adult Education, and The Community*, Milton Keynes, Open University Press, 1983.
- DELATTRE, Pierre, André. *Système, Structure, Function, Évolution – essai d'analyse épistémologique*, Maloine, Maloine SA ed., 1985
- CANDAU, P., *Audit Social*, Paris, Librairie Vuibert, 1985
- FIGARI, Gérard, *Avaliar: que Referencial*, Porto, Porto Editora, 1996.
- GIBBS, Grahah, *Teaching Students to Learn*, Milton Keynes, Open University Press, 1986.
- GOGUELIN, Pierre, *La Formation Continue des Adultes*, Paris, PUF, 1983.
- HAVELOCK, R., *Guide for Innovation Trough Dissemination and Utilization of Knowledge*, Ann Arbor, University of Michigan, Michigan, 1971, cap. 2.
- HUBERMAN, A. M., *Como se verificam as mudanças em Educação, Subsídios para o estudo do problema da inovação*, S. Paulo, Editora Cultrix, s/d.
- KEEGAN, Desmond, *Theoretical Principles of Distance Education*, London, Routledge, 1993
- KEITH, Harry, MAGNUS, John e KEEGAN, Desmond, *Distance Education: New Perspectives*, London, Routledge, 1993.
- KNOWLES, Malcolm, *The Adult Learner, a Neglected Species*, London. Gulf Publishing Company, 1990.
- LECOINTE, Michel e REBINGUET, *L'Audit de l'Établissement Scolaire*, Paris, Les Editions d'Organisation, 1990.
- LEHNIS, Jean-Pierre. *Enseignement à Distance et Formation Professionnelle Continue*, Paris, Les Éditions ESF, 1980.
- LEWIS, Roger, *What is Open Learning*, Huddersfield, CET, 1986..
- LOCKWOOD, Fred, *Open and Distance Learning Today*, London, Routledge, 1995
- MALGLAIVE, Gerard, *Enseigner à des Adultes*, Paris, PUF, 1990. Tradução portuguesa, *Ensinar Adultos*, Porto, Porto Editora, 1995.
- MOORE, Michael G., *Theory of Distance Education, Distance Education Symposium: Selected Papers, Part 3*, Pennsylvania State University, 1991.
- TAIT, Alan, *Key Issues in Open Learning*, Harlow, Longman

A Formação para o Sector do Turismo, Hotelaria e Restauração

O Modelo de Formação Inicial I.N.F.T.

O Instituto Nacional de Formação Turística (INFT) é o organismo público que, sob a tutela da Secretaria de Estado do Turismo / Ministério da Economia, tem como principais atribuições a formação e a certificação dos profissionais do sector do Turismo, Hotelaria e Restauração.

A sua actividade remonta a 1965 –com a designação de Centro Nacional de Formação Turística e Hoteleira–, tendo, em 1979, por força da alteração da sua lei orgânica, substituído a sua designação e, sobretudo, o âmbito da sua actuação.

Embora inicialmente vocacionado para a formação de activos, de forma a dar resposta ao “boom” do sector turístico da década de 60, a sua intervenção na formação de jovens foi tendo um papel crescente no quadro de actuação do Centro, como o demonstrou a abertura sucessiva de escolas de hotelaria e turismo: no Algarve (Faro), em 1966; no Porto, em 1968; no Estoril, em 1974. A Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa, que sur-



Com 34 anos de vida em constante adaptação à evolução do turismo, da hotelaria e da restauração, o Instituto Nacional de Formação Turística estuda a expansão da oferta formativa a novas actividades no sector.

giu em 1957 por iniciativa privada, havia sido já previamente integrada no anterior Centro.

Com efeito, a pressão dos empregadores sobre as Escolas para recrutar os jovens diplomados era (e continua a ser) de tal forma uma constante, que a necessidade de aumentar o seu número influenciou decisivamente na estratégia do INFT visando a construção de novas escolas.

Assim, a partir de 1979, abriram mais escolas, quer em Coimbra (1989), quer no Estoril, com a inauguração das instalações do Centro Escolar Turístico e Hoteleiro do Estoril que albergam também a Escola de Hotelaria e Turismo do Estoril (1990) e a Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (1991).

Os cursos destinados aos jovens, dividiam-se em duas grandes áreas:

- cursos de *formação de base*, sendo exigida a escolaridade obrigatória, tendo por finalidade a qualificação de profissionais da área da operação:

- Empregado de Andares
(com a duração de um ano)
- Cozinha/Pastelaria
(com a duração de dois anos)
- Mesa/Bar
(com a duração de dois anos)
- Motorista de Turismo
(com a duração de um ano)

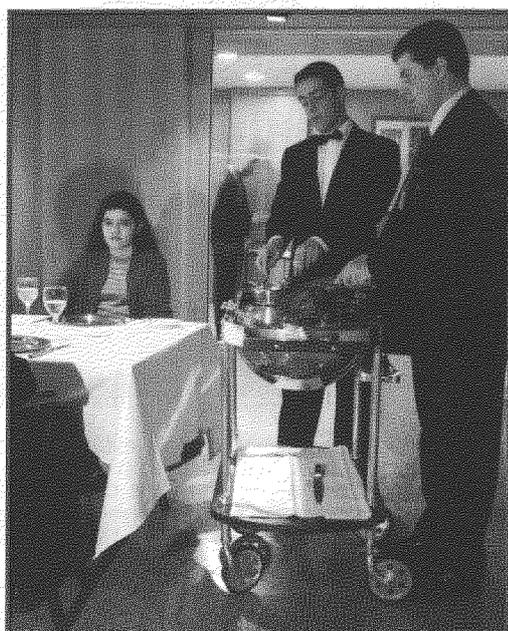
- cursos de *formação de quadros médios*, sendo exigida a escolaridade secundária, tendo por finalidade a qualificação de chefias intermédias:

- Recepção
(com a duração de um ano)
- Governantas de Andares
(com a duração de um ano)
- Gestão e Técnica Hoteleira
(com a duração de três anos)

- Técnico de Turismo, mais tarde designado Técnico de Empresas e Actividades Turísticas
(com a duração de três anos)
- Guia-Intérprete Nacional
(com a duração de três anos).

Em ambos os casos, e sempre que se trata de profissões regulamentadas, o diploma do curso equivalia a certificado de aptidão profissional, dando automaticamente acesso à carteira profissional.

Todos estes cursos se caracterizavam pela predominância de uma forte componente tecnológica e prática (estágio profissional), a par de uma menor incidência das componentes de formação sócio-cultural e científica. A única excepção a esta regra, aplicava-se ao curso de Guia-Intérprete Nacional, onde predominavam as componentes de formação sócio-cultural e científica, relativas aos domínios dos idiomas, da história, da arte e da cultura portuguesas.



Formação em Restaurante/Bar

Na década de 80, foram publicados dois diplomas que se vieram a mostrar fundamentais para a evolução da formação inicial, em Portugal: a lei da Aprendizagem (1984) e a lei que veio criar o Ensino Profissional sob a tutela do Ministério da Educação (1989). Estes diplomas vieram demonstrar que era necessária e desejável a aliança entre educação e formação



profissional, de modo a conceder aos jovens diplomados não só uma certificação profissional, mas também uma certificação académica.

Foi, pois, neste contexto, que o INFT, tendo participado activamente na criação dos cursos de aprendizagem e na validação de muitos dos cursos profissionais para o sector do Turismo, Hotelaria e Restauração, pugnou pela certificação académica dos seus próprios produtos formativos.

Assim, em 1991 e através da criação da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, o INFT conseguiu dotar-se com oferta de formação superior ao nível do bacharelato (mais tarde, com a criação de um CESE –curso de estudos superiores especializados– também ao nível da licenciatura), tendo mantido, embora, a sua oferta de cursos para formação de quadros médios.

Mais tarde, em 1992, foi elaborada uma proposta de reorganização curricular dos cursos de formação inicial, dirigidos a jovens habilitados quer com a escolaridade obrigatória (9.º ano de escolaridade), quer com o 11.º ano de escolaridade, a qual, depois de submetida à aprovação do Secretário de Estado do Turismo, foi remetida ao Ministério da Educação –Secretaria de Estado dos Ensinos Básico e Secundário– para efeitos de validação e consequente atribuição de certificação académica ao nível do 12.º ano de escolaridade. A proposta foi igualmente aplicada, a nível experimental, no ano lectivo 1992/93, sem prejuízo das alterações curriculares que viessem a decorrer do processo de validação articulado com o Ministério da Educação.

Em 1993, através da Portaria n.º 810/93, de 7 de Setembro, foram regulamentados os cursos propostos:

- Cozinha/Pastelaria
- Restaurante/Bar
- Recepção/Portaria
- Governantas de Andares.

Os dois primeiros –*Cozinha/Pastelaria e Restaurante/Bar*– passaram a ter as seguintes características:

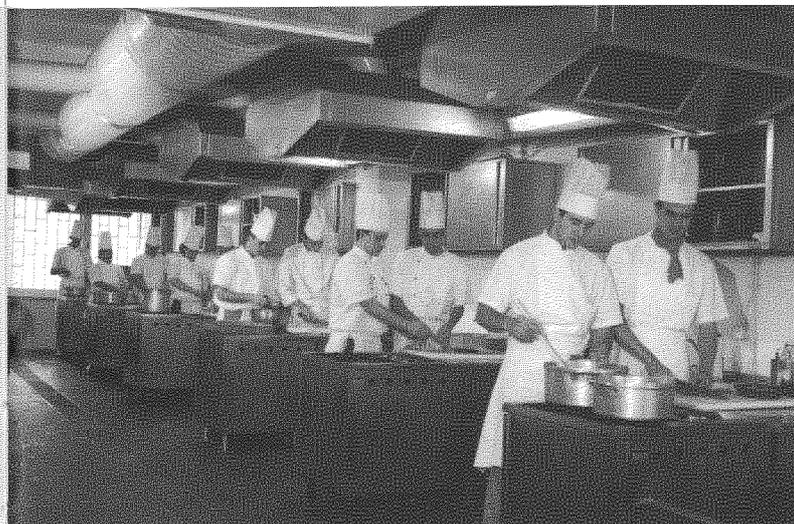
- destinam-se a jovens com o 9.º ano de escolaridade;
- têm uma duração de três anos lectivos, incluindo dois estágios profissionais, que se pode traduzir numa carga horária total de 4081 e 4056 horas, respectivamente;
- integram quatro componentes de formação: geral (22%), científica (20%), tecnológica (32%) e prática – estágio (26%);

- concedem certificado de formação com o nível de qualificação profissional III;
- concedem certificação profissional – acesso directo à carteira profissional de Cozinheiro e de Pasteleiro, no primeiro caso, e de Empregado de Mesa e de Barman, no segundo;
- concedem certificação académica – equivalência ao 12.º ano de escolaridade, válida para efeitos de prosseguimento de estudos.

Os cursos de **Recepção/Portaria** e de **Governantas de Andares**, destinados, durante algum tempo, a candidatos habilitados com o 11.º ano de escolaridade, detinham características diversas:

- tinham uma duração de um ano lectivo, incluindo um estágio profissional, com uma carga horária total de 1728 horas, cada;
- integravam quatro componentes de formação: geral (16%), científica (17%), tecnológica (36%) e prática – estágio (31%);
- concediam certificado de formação com o nível de qualificação profissional III;
- concediam certificação profissional – acesso directo à carteira profissional de Recepcionista de Hotel, no primeiro caso, e de Governanta de Andares, no segundo;
- concediam certificação académica – equivalência ao 12.º ano de escolaridade, válida para efeitos de prosseguimento de estudos.

Grupo de formandos do curso de Cozinha/Pastelaria - componente prática



Relativamente a estes dois últimos cursos, apenas se aplicou o disposto na Portaria n.º 810/93, de 7 de Setembro, durante o ano lectivo experimental. Posteriormente, o INFT passou a exigir como condição de acesso aos cursos de Recepção/Portaria e de Governantas de Andares a posse do certificado do 12.º ano de escolaridade.

Os efeitos desta nova oferta formativa sobre o público-alvo foram arrasadores, se não, vejamos a evolução do número de alunos matriculados nos cursos de Cozinha/Pastelaria e Restaurante/Bar:

Cursos de Cozinha/Pastelaria e Restaurante/Bar (NQP III)

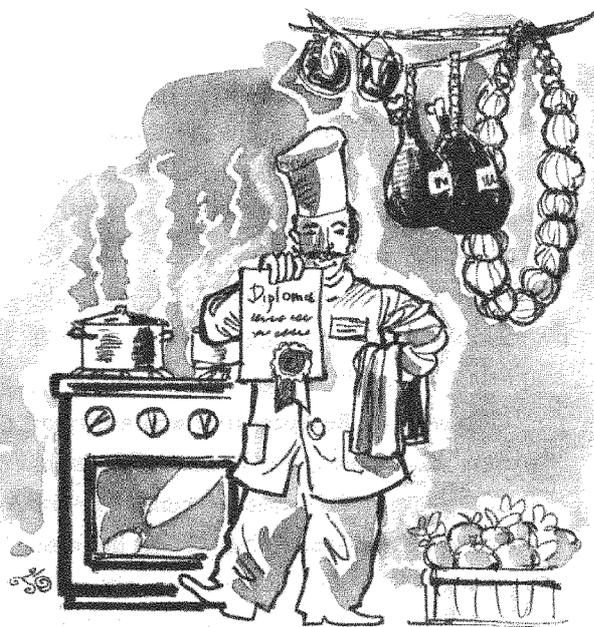
1991/92 *	1992/93**	1993/94	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98***
89	363	541	889	905	930	806

* ano lectivo anterior à implementação do novo modelo curricular
 ** ano lectivo de implementação experimental
 *** diminuição do número de turmas destes cursos

No primeiro ano de aplicação do novo modelo curricular, registou-se um aumento de 400% no número de alunos que se matricularam nestes cursos face ao modelo anterior; nos dois anos seguintes, o aumento anual ficou-se pelos 150%; no terceiro ano, o número de matriculados estacionou (cerca de 900 alunos) até ao presente ano lectivo, onde se registou uma pequena quebra por via da redução estratégica do número de turmas do 1.º ano destes cursos.

Paralelamente, o Instituto Nacional de Formação Turística continuou a oferecer formação inicial não concedente de certificação académica. Assim, os candidatos habilitados com o 9.º ano de escolaridade (habilitação mínima) poderiam optar entre cursos de Cozinha/Pastelaria e Restaurante/Bar com a duração de três anos (concedente de equivalência ao nível do 12.º ano de escolaridade) ou com a duração de dois anos (não concedente de certificação académica). O motivo da permanência desta oferta residiu no facto de existirem candidatos habilitados muitas vezes já com o 12.º ano de escolaridade e que pretendiam obter uma qualificação nestas áreas.

Apesar da quebra inicial verificada com a implementação do novo modelo curricular, o número de candidatos à frequência destes cursos tem-se mantido estável nos últimos anos.



Os cursos de Cozinha/Pastelaria e de Restaurante/Bar (NQP II) têm as seguintes características:

- têm uma duração de dois anos lectivos, incluindo dois estágios profissionais, com uma carga horária total de 3016 horas, cada;
- integram três componentes de formação: sócio-cultural (17%), tecnológica (48%) e prática – estágio (35%);
- concedem certificado de formação com o nível de qualificação profissional II;

Cursos de Cozinha/Pastelaria, Restaurante/Bar e Motoristas de Turismo (NQP II)

1991/92 *	1992/93**	1993/94	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98
321	98	75	133	135	88	100

* ano lectivo anterior à implementação do novo modelo curricular

** ano lectivo de implementação experimental do novo modelo

- concedem certificação profissional – acesso directo à carteira profissional de Cozinheiro e de Pasteleiro, no primeiro caso, e de Empregado de Mesa e de Barman, no segundo.

A diferença que separa estes cursos dos de nível III situa-se, sobretudo, ao nível das componentes de formação que integram. Regista-se, assim, a ausência da componente de formação científica e o aumento significativo do peso das componentes de formação tecnológica (mais 16%) e prática (mais 9%). Contudo, importa referir que as temáticas

que integram as respectivas componentes de formação tecnológica são idênticas, de forma a garantir que os formandos saiam com o mesmo tipo e nível de conhecimentos e de competências específicas para a profissão.

O outro curso que integra a oferta de formação inicial de NQP II –Motorista de Turismo– foi criado pela Portaria n.º 26-O/80, de 9 de Janeiro, e reformulado pela Portaria n.º 747/85, de 1 de Outubro. Inserido na oferta INFT que visa a formação de profissionais de informação turística, este curso tem características diversas dos restantes:



Componente prática de formação no curso de Cozinha/Pastelaria

- destina-se a candidatos habilitados com o 9.º ano de escolaridade e carta de condução;
- tem uma duração de um ano lectivo, com uma carga horária total de 630 horas;
- concede certificado de formação com o nível de qualificação profissional II;
- concede certificação profissional – acesso à carteira profissional de Motorista de Turismo, após aprovação em prova de aptidão profissional perante júri de avaliação tri-partido.

Em jeito de balanço, poderá afirmar-se que a experiência do INFT tem sido bastante positiva. Com efeito, ao apostar numa oferta de formação estratificada (e intimamente articulada com os restantes níveis superiores de qualificação) procurou-se responder:

- quer às solicitações dos candidatos – ao oferecer

qualificação profissional aliada, ou não, a certificação académica, consoante o nível e as aspirações sócio-profissionais dos candidatos;

- quer à evolução das qualificações que se tem verificado desde o advento da Lei de Bases do Sistema Educativo, no sentido de aumentar o tempo de escolarização dos jovens e, por conseguinte, de aumentar o nível de qualificações dos novos activos do sector.

Com este sistema de formação inicial, o INFT tem mantido junto do sector uma postura forte, quer pela enorme procura de estagiários durante o período formativo (que excede em muito a capacidade de oferta das escolas), quer pela quase total absorção dos jovens diplomados, do que é testemunho a elevada taxa de empregabilidade destes jovens:

*Estudos de inserção dos ex-alunos dos cursos de formação inicial**

CURSOS	EMPREGADOS (%)	DESEMPREGADOS (%)	ESTUDANTES (%)
Cozinha/Pastelaria	87,7	2	6,1
Restaurante/Bar	75,8	11,3	11,3
Recepção/Portaria	68,7	18,7	12,5

* realizados no âmbito da Comissão Inter-Ministerial para o Emprego (CIME); últimos elementos disponíveis referentes a 1995

Formação prática do curso de Restaurante/Bar





Actualmente, e no quadro da recente reorientação das suas estratégias formativas, o INFT encontra-se a avaliar a sua oferta, procurando aferir da adequação dos seus produtos às necessidades das empresas e, mais do que isso, à evolução dos perfis dos profissionais do sector do Turismo, Hotelaria e Restauração. Encontra-se igualmente a reflectir sobre a necessidade de expandir horizontalmente a sua oferta, no sentido de cobrir áreas de actividade recentes no sector.

Acreditamos que só desta forma é possível melhorar a qualidade dos nossos produtos e, assim, satisfazer os nossos clientes, mantendo viva a chama que anima a instituição.



ANA BELA ANTUNES
Instituto Nacional de Formação Turística

Escolas

Ninguém Aprende a

As nove Escolas Tecnológicas actualmente existentes no País trabalham para as necessidades do tecido industrial e revelam índices de empregabilidade muito positivos. O seu enquadramento nos sistemas formal de ensino e de formação profissional está em estudo interministerial.



A criação das Escolas Tecnológicas data dos finais da década de 80, no âmbito do Ministério da Indústria e Energia. Destinadas à formação de quadros médios para a modernização industrial, tiveram como objectivo aumentar a capacidade técnica das empresas e melhorar a sua competitividade. Surgiram, também, como tentativa de arti-

cular o sistema de formação e o sistema de emprego, como resposta às solicitações do tecido produtivo, designadamente no que concerne às necessidades de quadros intermédios.

A primeira Escola Tecnológica (AFTEM) surgiu da iniciativa da Associação da Indústria Mecânica e Metalomecânica do Norte, a qual apresentou ao

Tecnológicas

Tecnológicas

Nadar fora de Água

LNETI, em Maio de 1988, uma proposta para a constituição de uma entidade promotora da futura escola, resultante de uma parceria entre o tecido empresarial (representado pelas associações sectoriais) e o Estado (representado pelo LNETI).

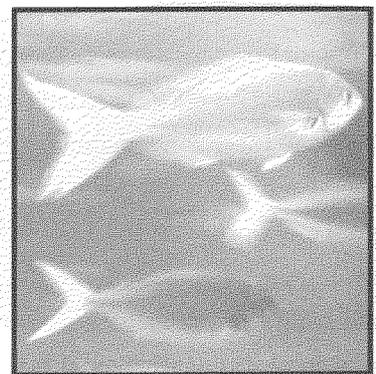
A 7 de Junho de 1989, é assinado um Despacho Conjunto, pelos Ministros da Indústria e Energia, Educação e Emprego e Segurança Social, propondo a criação de uma rede de formação para a modernização industrial, implementada por Escolas Profissionais Tecnológicas, designação alterada para Escolas Tecnológicas num Despacho Conjunto posterior (5 de Novembro de 1991).

Actualmente, as Escolas Tecnológicas são objecto de apoios específicos no âmbito do Programa Estratégico de Dinamização e Modernização da Indústria Portuguesa (PEDIP II), através do Sistema de Incentivos à Consolidação de Escolas Tecnológicas (SINETPEDIP), sendo-lhes reconhecido papel relevante no domínio da política de formação profissional, no contexto do Ministério da Economia, enquanto estruturas direccionadas para a promoção de respostas adequadas às necessidades do tecido industrial.

A articulação estreita com o mundo empresarial consubstancia-se, na generalidade, na participação

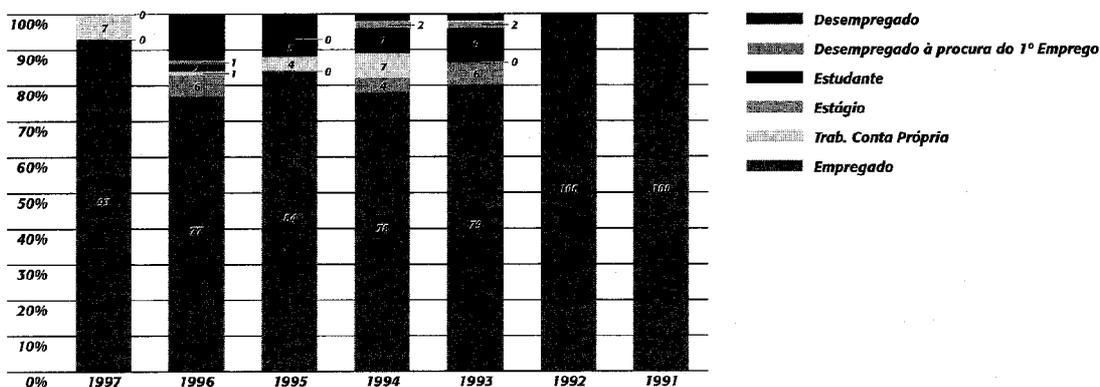
deste em todo o percurso formativo, desde a intervenção a nível da concepção e criação dos cursos até à formação em contexto de trabalho e estágio nas empresas. A formação profissional promovida por aquelas Escolas ordena-se segundo uma dinâmica assente numa lógica de adequação entre a formação e o emprego, constituindo a sua "competência distintiva".

Actualmente, existem nove Escolas Tecnológicas que oferecem, para um público-alvo com o 12º ano, cursos de especialização tecnológica, enquadrada num tipo de formação pós-secundária não superior, de banda larga, polivalente e favorece-



dora da adaptabilidade do sujeito a novas realidades profissionais.

Um recente "Estudo de Avaliação da Rede das Escolas Tecnológicas" e um "Inquérito à Empregabilidade" (no total do meio milhar dos formandos diplomados), desenvolvidos no âmbito destas escolas¹, revelam que existem resultados muito positivos em relação à empregabilidade dos formandos e à adequação da formação e das competências exercidas.



Situação actual dos diplomados pelas Escolas Tecnológicas, por anos em que concluíram os cursos (%)

De modo a ajustar a regulamentação em vigor (designadamente na portaria 1227/95) a este tipo de oferta formativa, tendo em conta a experiência das escolas tecnológicas, foi criado, por Despacho Conjunto do Ministério da Economia, da Educação e do Trabalho e Solidariedade, um grupo interministerial, já em funcionamento, com vista a proceder à resolução de vários assuntos relacionados com este tipo de cursos, nomeadamente "à análise resolutive e enquadramento das escolas tecnológicas no sistema formal de ensino e no sistema de formação profissional".

Apresentam-se alguns dos cursos tecnológicos existentes, tendo em conta os perfis profissionais de saída e algumas das competências distintivas:

AFTEM/ESTEM:

Esta Escola, que funciona no Porto e em Lisboa, oferece o curso de Tecnologia Mecânica.

REFERENCIAL DE EMPREGO

- Projectista
- Desenhador/Técnico de CAD
- Técnico de Planeamento Fabril

- Técnico Programador de CNC/CAM
- Técnico de Robótica
- Encarregado
- Técnico Auxiliar de Profissionais de Engenharia

ÁREA DE ACTIVIDADE

- Indústria transformadora, nomeadamente a de fabricação metalomecânica

REFERENCIAL DE COMPETÊNCIAS DISTINTIVAS

- Capacidade para efectuar cálculos de certa complexidade e analisar resistências de materiais estruturais
- Projectar equipamentos mecânicos e executar desenho assistido por computador
- Programar e funcionar em instalações com equipamentos CNC/CAM
- Executar a preparação do trabalho fabril e métodos e planeamento de trabalho
- Chefiar profissionais da área metalomecânica
- Colaborar no projecto e na implementação dos Sistemas da Qualidade
- Colaborar no projecto e na implementação do sistema de Segurança e Higiene no Trabalho
- Colaborar no projecto e na implementação do Sistema de Manutenção Fabril

AFTEBI:

Esta Escola, que funciona na Covilhã, oferece dois cursos tecnológicos: Técnico de Produto Têxtil e Técnico de Manutenção Industrial

REFERENCIAL DE EMPREGO

- Designer de fios e tecidos
- Chefe de Produção
- Técnico Comercial
- Técnico de Manutenção

ÁREA DE ACTIVIDADE

- Indústria, predominantemente têxtil e do vestuário

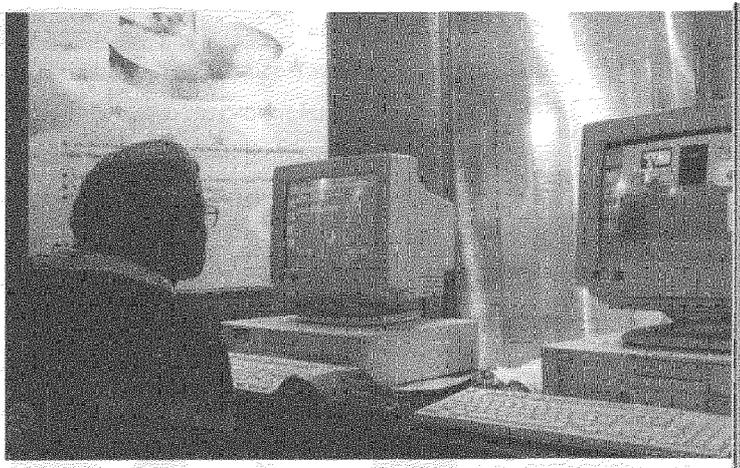
REFERENCIAL DE COMPETÊNCIAS DISTINTIVAS

Técnico de Produto Têxtil:

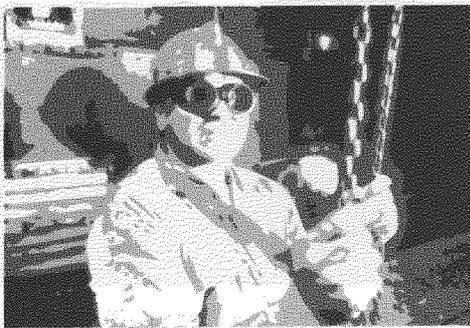
- Elaborar as colecções de fios, malhas e tecidos
- Conceber as colecções de tecidos e malhas
- Conhecer e compreender os diferentes mercados
- Medir, comparar dimensões e formas por simulação em computador
- Adaptar as máquinas e as técnicas às operações de corte, montagem e acabamento
- Definir sequências de operações
- Examinar o produto que não se apresenta dentro das normas e procedimentos de qualidade
- Trabalhar em equipas multifuncionais

Técnico de Manutenção Industrial

- Interpretar esquemas teóricos dos equipamentos, diagramas e processos
- Elaborar e analisar planos de manutenção
- Identificar e solucionar avarias



Formando de um Curso Tecnológico



- Interpretar e memorizar dados, símbolos e códigos relativos ao indicador de eficiência de aproveitamento da matéria-prima e relativos aos programas das máquinas
- Exploração de novas tecnologias
- Supervisionar a equipa técnica de manutenção
- Inspeccionar e avaliar os equipamentos

ANFEI

Esta Escola, que funciona em Lisboa e no Porto, oferece dois cursos tecnológicos: Técnico de Electrónica e Técnico Gestor de Redes.

REFERENCIAL DE EMPREGO DO CURSO "TÉCNICO GESTOR DE REDES"

- Gestor de redes informáticas e de telecomunicações
- Operador de telecomunicações
- Projectista de equipamentos de telecomunicações

ÁREA DE ACTIVIDADE

- Indústria e serviços

REFERENCIAL DE COMPETÊNCIAS DISTINTIVAS

- Identificar e montar os equipamentos
- Realizar os planos de instalações e colocação em serviço
- Configurar e testar o equipamento
- Analisar o funcionamento da rede
- Analisar e corrigir os eventuais erros
- Supervisionar o equipamento
- Optimizar a utilização do sistema

ESTER

Esta Escola que funciona em Borba oferece o curso Técnico de Produção Industrial

REFERENCIAL DE EMPREGO

- Gestor da Produção



ÁREA DE ACTIVIDADE

- Empresas transformadoras de mármore, granito, xisto e pedras afins.

REFERENCIAL DE COMPETÊNCIAS DISTINTIVAS

- Analisar sistemas técnicos/análise funcional para o planeamento da produção
- Interpretar desenhos e especificações técnicas
- Elaborar dossiers de fabrico, determinar tempos e custos previsionais de fabrico, identificar disfunções
- Organizar e controlar todas as etapas do processo de fabrico
- Detectar e identificar anomalias nos equipamentos
- Optimizar os meios disponíveis
- Analisar desvios e implementar acções correctivas.



AESBUC/ETGI

Esta Escola, que funciona no Porto, oferece dois cursos tecnológicos: Controle de Qualidade Alimentar e Processos Alimentares

REFERENCIAL DE EMPREGO DO CURSO "CONTROLE DE QUALIDADE ALIMENTAR"

- Técnicos de laboratório
- Supervisor de unidades de instrumentação laboratorial

ÁREA DE ACTIVIDADE

- Indústria agro-alimentar e afins

REFERENCIAL DE COMPETÊNCIAS DISTINTIVAS

- Tratamento e análise de dados laboratoriais
- Executar análises químicas e microbiológicas
- Optimizar os meios disponíveis
- Analisar desvios e implementar acções correctivas.
- Supervisionar técnicos auxiliares de laboratório

FORINO/ENT

Esta Escola, que funciona em Lisboa, oferece dois cursos tecnológicos: Técnico de Electrónica e Técnico de Organização Industrial

REFERENCIAL DE EMPREGO DO CURSO "TÉCNICO DE ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL"

- Técnicos de Planeamento e Controlo da Produção
- Técnico da Qualidade
- Técnico de Gestão da Manutenção
- Técnico de Vendas
- Técnico de Marketing

ÁREA DE ACTIVIDADE

- Indústria e serviços de apoio à indústria

REFERENCIAL DE COMPETÊNCIAS DISTINTIVAS

- Negociar e estabelecer objectivos de produção
- Pesquisar e explorar documentação técnica
- Optimizar os meios disponíveis
- Elaborar dossiers de fabrico
- Organizar e controlar todas as etapas do processo de fabrico
- Analisar os resultados comerciais e financeiros
- Aplicar princípios e técnicas de negociação e argumentação comercial.

INOVA/ENT

Esta Escola, que funciona em Ponta Delgada, oferece o curso de Produção Industrial.

REFERENCIAL DE EMPREGO

- Técnicos de controlo de qualidade nas áreas de química e microbiologia alimentar
- Técnicos de controlo de produção

ÁREA DE ACTIVIDADE

- Indústria agro-alimentar e afins

REFERENCIAL DE COMPETÊNCIAS DISTINTIVAS

- Desenvolver autonomamente funções de carácter laboratorial
- Optimizar os meios disponíveis
- Organizar e controlar todas as etapas do processo de fabrico.
- Colaborar no projecto e na implementação dos Sistemas da Qualidade
- Analisar e propor adaptações ao sistema da qualidade, analisar desvios e propor acções correctivas/preventivas
- Colaborar no projecto e na implementação do sistema de Segurança e Higiene no Trabalho



PAULA ASCENÇÃO

Técnica de Formação no GDA-FP

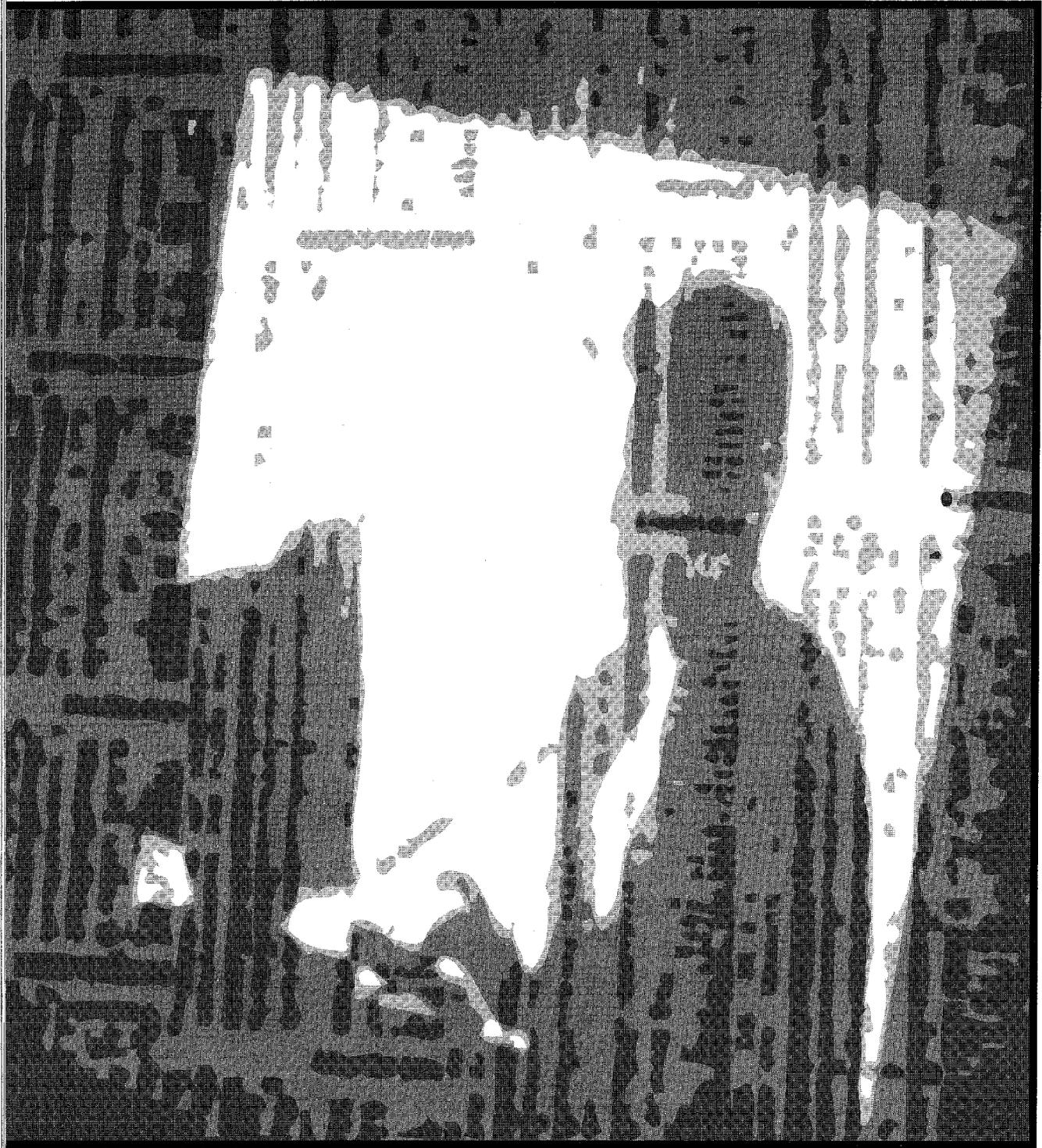


JORGE ABEGÃO

*Assessor de Coordenação do GDA-FP.
Representante do Ministério da Economia
na CPC e na CNA*

¹ No ano de 1997 as escolas tecnológicas foram alvo de um estudo levado a cabo por uma equipa coordenada pelo Prof. Júlio Montalvão e Silva e de um inquérito à empregabilidade levado a cabo pelo GDA-FP.





Formar para o EURO

Uma Resposta do IFB para Vinte Mil...



Nenhuma área da economia será tão profundamente afectada com a introdução do euro como o sector financeiro. Cada banco, para além de, à semelhança de qualquer outra empresa, ter de adaptar os seus sistemas informáticos e administrativos, vai ser no futuro uma porta aberta para explicar às pessoas uma coisa muito importante: "O que vai acontecer com o meu rico dinheirinho?"

Por muitas (e boas) campanhas publicitárias e promocionais que se façam, nada vai substituir uma conversinha com o Caixa do banco onde

temos conta, um conselho do Gerente de Conta ou a opinião do bancário nosso amigo com quem tomamos café.

É por tudo isto que os bancos estão a levar muito a sério a formação do seu pessoal. O sector financeiro tem pela frente uma tarefa à escala da dimensão da banca com os seus 60 000 colaboradores. Destes, cerca de 60%, à volta de 37 000, estão afectos a balcões e, portanto, na sua maioria, em contacto directo com o público.

O trabalho começou cedo, antes até de se baptizar a "moeda única". Cada banco definiu a sua própria estratégia para resolver o problema da formação, mobilizando os meios internos e externos que lhe pareceram adequados. Os bancos, no entanto, habituaram-se a contar com o Instituto de Formação Bancária e pediram o nosso apoio.

Numa primeira fase –1996 e 1997– o trabalho do Instituto dirigiu-se sobretudo ao topo da pirâmide. Tratava-se, então, de proporcionar aos executivos da banca uma visão estratégica sobre o impacto da moeda única na economia em geral e no negócio bancário em particular. Convidámos reputados especialistas nacionais e estrangeiros e, através de seminários, proporcionámos uma formação avançada e de qualidade a algumas centenas de quadros bancários.

*Mais de 20.000 trabalhadores da Banca portuguesa vão ter que saber responder a uma pergunta aparentemente muito simples: o que vai acontecer ao meu dinheiro? Para que tantos profissionais saibam as respostas correctas para o Euro em balcões de todo o País só há uma solução: **ensino a distância**.*

O PROBLEMA

Mas em breve veio a certeza do euro e, com ela, a inevitabilidade de um calendário a cumprir. A formação teria, então, de ser alargada a milhares de bancários e era necessário encontrar uma solução capaz de:

- Abranger cerca de 20 000 colaboradores
- Chegar a todo o país
- Decorrer num curto espaço de tempo
- Ser eficaz e de resultados controlados
- Ter custos muito baixos
- Ser flexível e baseada na iniciativa individual
- Poder iniciar-se em qualquer altura

A RESPOSTA:

FORMAÇÃO A DISTÂNCIA

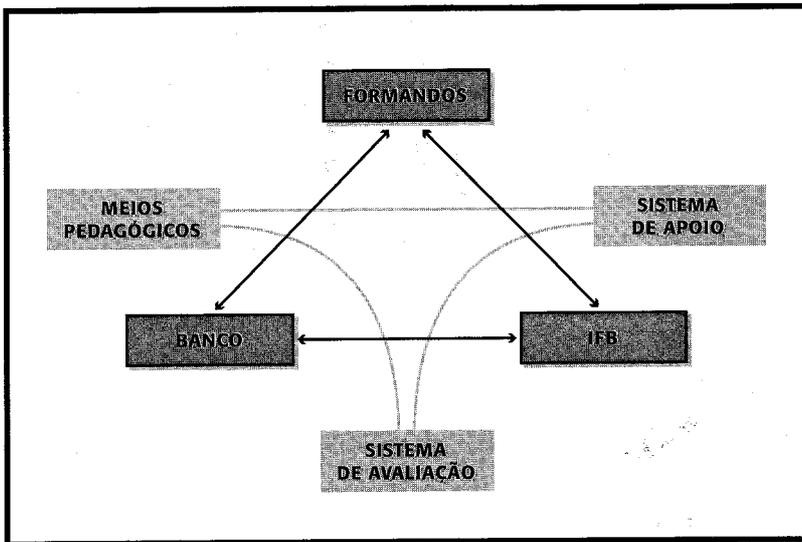
É obvio que nenhum método tradicional de ensino poderia resolver este problema. Basta imaginar os meios que seria necessário mobilizar, e respectivos custos, para levar a cabo com eficácia uma tarefa com a dimensão da que se descreveu. É aqui, em situações como esta, que achamos que vale realmente a pena ter investido em Ensino a Distância e possuir o *know-how* e a capacidade para responder.

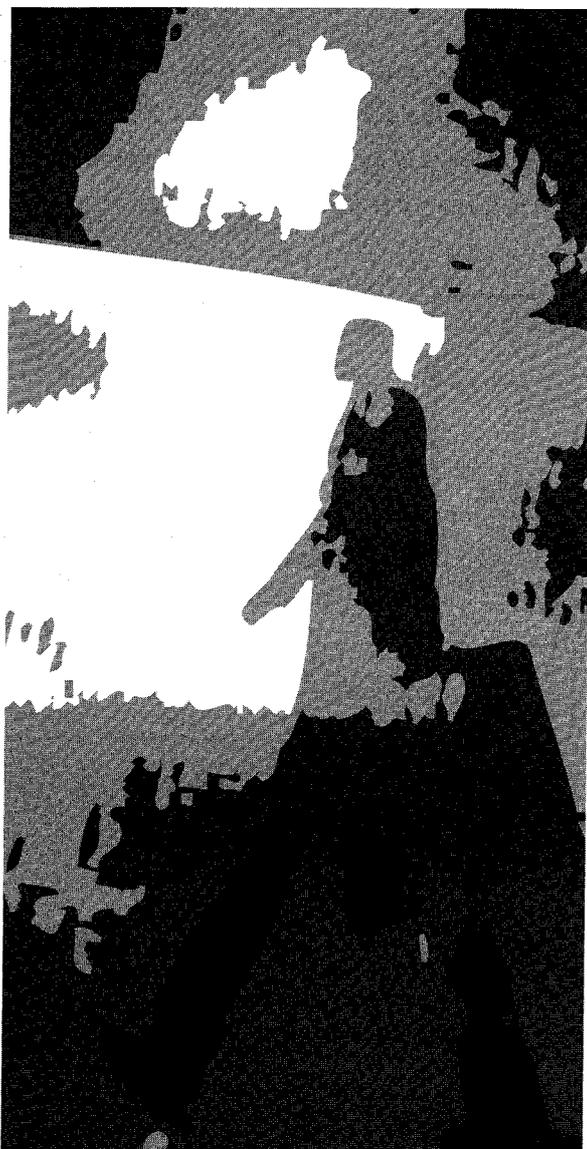
Fez-se um diagnóstico cuidadoso, com base no qual se arquitectou o projecto de que resultaria o Curso "O Euro - Formação a Distância". Planearam-se as fases seguintes e, em breve, Pedagogos e Especialistas na matéria lançaram mãos à obra.

Este trabalho foi enormemente facilitado pela existência do "Modelo IFB de Formação a Distância",



largamente aplicado e testado em dezenas de Projectos. Baseia-se num sistemático trabalho de cooperação entre o Instituto e os bancos e assenta em três pilares fundamentais: Meios Pedagógicos, Sistema de Apoio e Sistema de Avaliação.





OS MEIOS PEDAGÓGICOS

Os meios pedagógicos são, como é óbvio, fundamentais em Ensino a Distância. Constituem uma alternativa à presença do formador e, por isso, a sua concepção terá de obedecer a regras muito específicas. Terão, nomeadamente, de ser vivos e dinâmicos para oferecerem o máximo de interactividade com o formando. Deverão, ainda, conter simulações, exercícios e casos práticos susceptíveis de proporcionarem uma correcta auto-avaliação.

Estabeleceu-se, à partida, que a mensagem a transmitir seria essencialmente veiculada através de um Manual e de uma Cassete Vídeo, pedagogicamente integrados, e que, assim, constituem os elementos principais do *kit* distribuído aos participantes.

O *package* incluía ainda Testes Intermédios a devolver ao Instituto depois de resolvidos. Estes testes têm, no Curso, uma grande importância. De facto são eles que "marcam o ritmo" e "obrigam" a que a matéria seja estudada gradualmente, evitando que tudo seja deixado para a última hora. Os testes, que o participante recebe depois classificados e acompanhados da "Avaliação Formativa", transmitem o indispensável *feed-back* e incentivam a continuar. Por outro lado, ao suscitarem dúvidas, estimulam o contacto com o IFB ou com os colegas que fazem com eles o Curso.

Os testes têm ainda alguma incidência no campo da avaliação, como veremos mais à frente.



SISTEMA DE APOIO

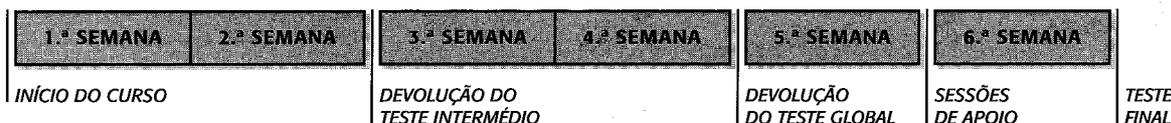
O sucesso de um projecto de Formação a Distância está, inevitavelmente, ligado à existência de um eficaz Sistema de Apoio.

A independência e a autonomia do participante não colidem, antes são potenciadas, pela existência de um esquema organizado de apoio. Num ambiente de separação física professor-aluno, definidor do ensino a distância, humanizar a relação pedagógica torna-se uma prioridade.

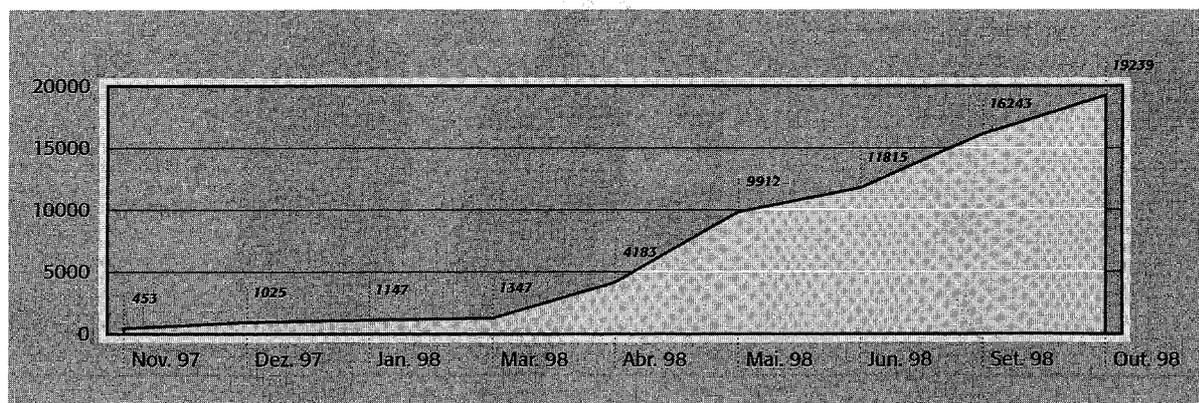
Para o "Euro", funcionou em pleno o modelo de Sistema de Apoio implementado há muito no IFB e através do qual se manteve uma ligação perma-

nente com o formando, incentivando-o e apoiando-o no seu trabalho. Os Testes Intermédios constituem uma peça importante de contacto como atrás se referiu.

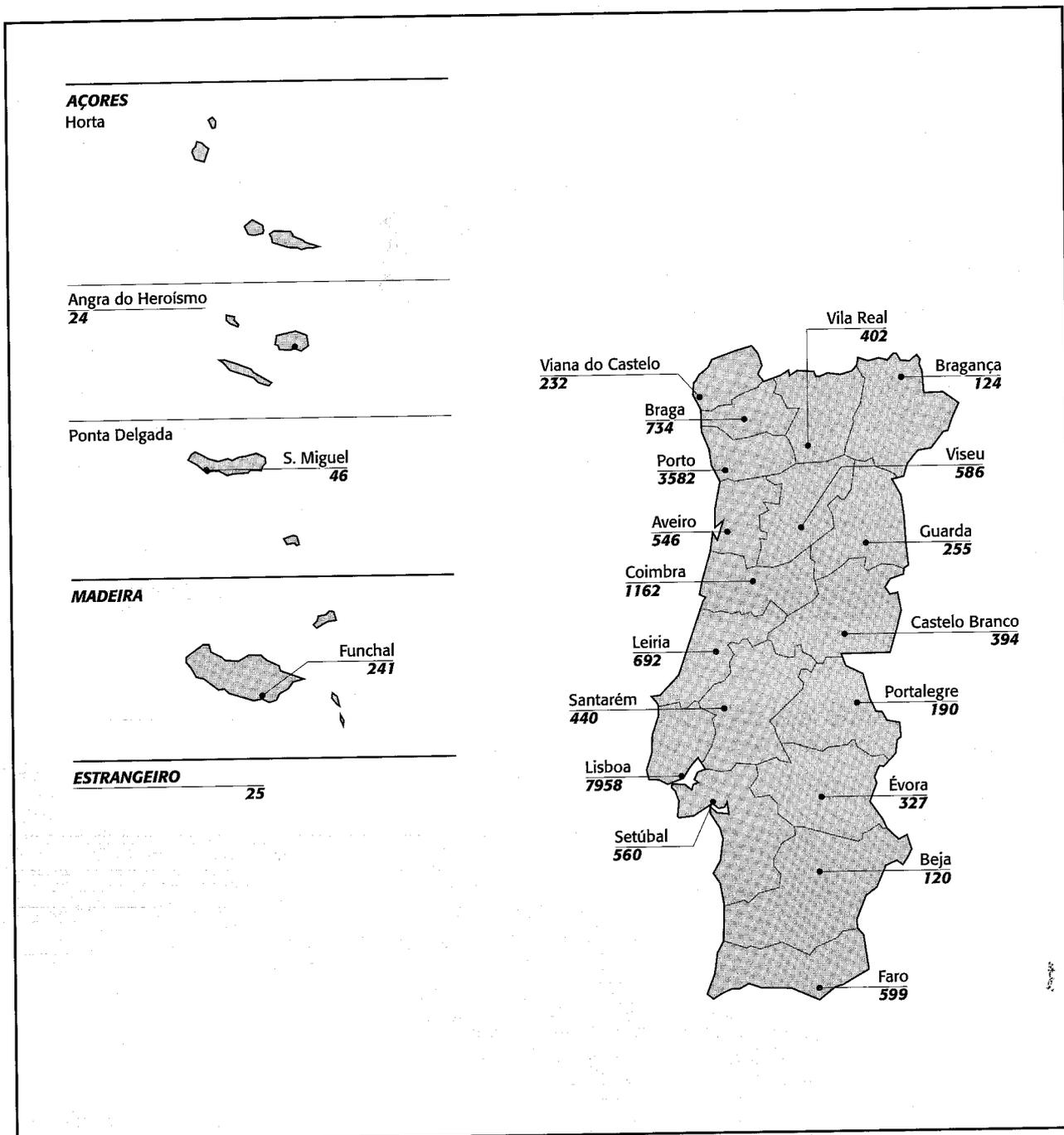
Já próximo do final do Curso, os participantes, em pequenos grupos, têm uma última oportunidade para esclarecerem as suas dúvidas. Numa curta Sessão de Apoio (três horas), um especialista da matéria clarificou os aspectos mais complexos e realizou exercícios de carácter prático. Trata-se de um momento privilegiado para o contacto inter-pessoal e a partilha de experiências, destinado a quebrar o isolamento próprio do Ensino a Distância.



Plano de Actividades. Cada edição do Curso segue um calendário próprio sendo este o esquema mais comum



Formandos inscritos no curso. Em cerca de um ano, o Curso abrange quase 20 000 participantes



Distribuição dos Formandos. O Curso abrange todo o País e tem mesmo participantes no estrangeiro

Note-se que a presença na Sessão de Apoio é sempre facultativa e, portanto, não é indispensável para se conseguir êxito no final. Aliás, várias edições do Curso não prevêem, à partida, esta actividade.

O SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A credibilidade do Curso assenta muito no Sistema de Avaliação, criado para certificar os conhecimentos adquiridos e fornecer aos participantes indicações seguras sobre os resultados do seu trabalho.

A longa tradição do Instituto na matéria permitiu-lhe aplicar a este Curso uma metodologia largamente testada, e através da qual se consegue realizar a avaliação com grande rigor

e objectividade. O sistema, apoiado informaticamente, gera por si as provas de exame a partir de um banco de perguntas de diferentes níveis cognitivos e graus de dificuldade. Trata-se de perguntas de "escolha múltipla" ou "abertas", que uma vez testadas, permitem uma utilização futura numa base ainda mais rigorosa.

OS RESULTADOS. CONCLUSÃO

A metodologia do Ensino a Distância provou, também neste Curso, que, quando aplicada correctamente, constitui a solução mais eficaz e com a melhor relação custo/benefício. Implica, é certo, um investimento inicial, mas este é largamente reproduzido pelos resultados alcançados.



MANUEL FERREIRA
*Direcção de Formação
Profissional do Instituto de
Formação Bancária*

O IFB é o órgão da Associação Portuguesa de Bancos para a Formação

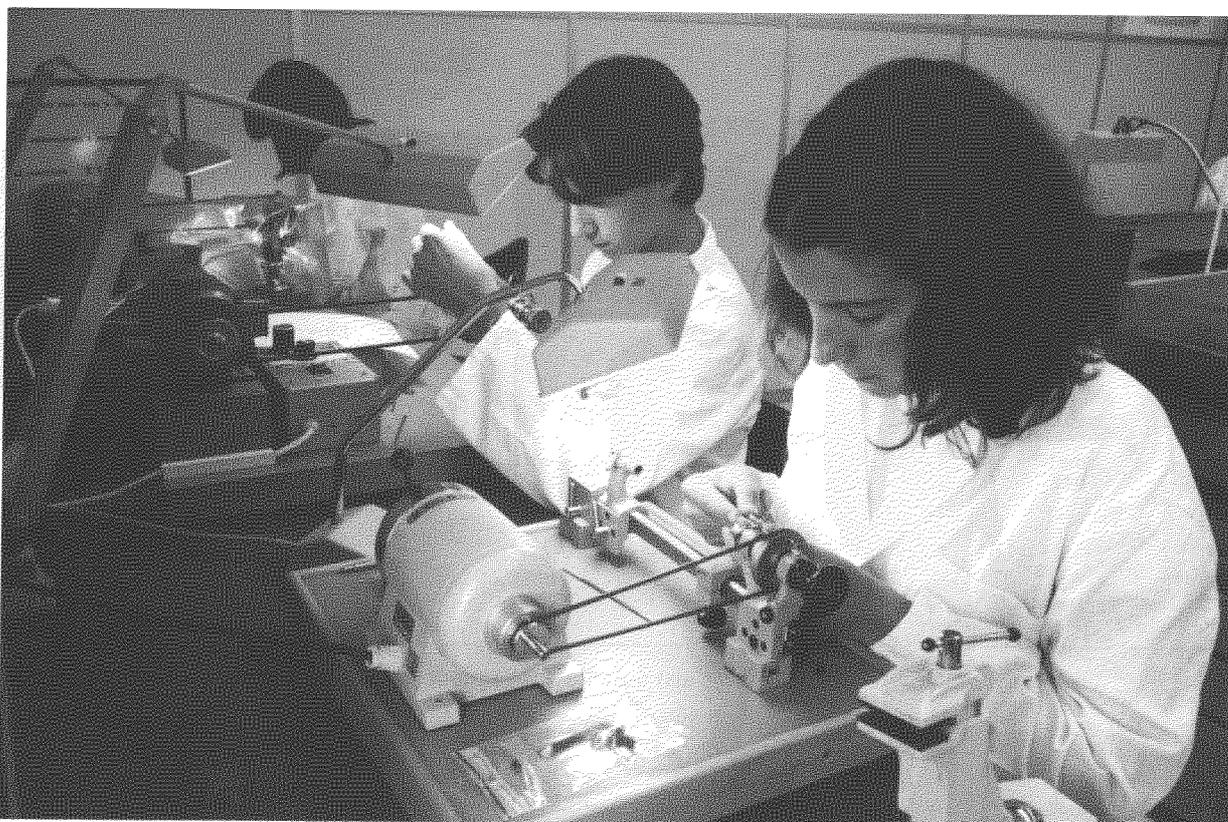
O Ensino Técnico-Profissional na Casa Pia de Lisboa

Continuidade e Mudança

*...Olhar o aluno na sua globalidade, conhecer o seu meio social,
criar lugares e situações de "escuta" individual, garantir a gratuidade,
integrar melhor os surdos e os surdocegos ...*

tais são alguns dos grandes objectivos da Casa Pia de Lisboa.

(leia-se o organigrama educativo)



Alunos de um Curso Técnico de Relojoaria

Entre as actividades formativas da Casa Pia merece particular realce o ensino técnico-profissional, hoje frequentado por cerca de 2000 alunos (rapazes e raparigas).

Neste pequeno texto, é intenção fazer, através da legislação, um percurso desde 1977, dar exemplo de cursos, identificar finalidades, metodologias e princípios de formação.

Um conjunto de mapas identificará aquilo que as palavras não dizem.

...de uma proposta de um Centro de Aprendizagem a uma Rede de Formação.

...

**TEXTO DO OFÍCIO SASA-355 –
28.04.77**

**ASSINADO PELO ADJUNTO DO PROVIDOR
PARA OS SERVIÇOS TÉCNICOS, VIDEIRA
BARRETO**

1. *É preocupação estatutária da Casa Pia de Lisboa dar aos seus alunos, a par de uma formação moral e intelectual, uma preparação profissional de trabalho e de disciplina individual.*
2. *Sucedem que muitos educandos com idade igual ou superior a 14 anos não têm capacidade nem aptidões para prosseguirem estudos curriculares normais, sendo absolutamente necessário dar-lhes meios que lhes permitam uma preparação para-profissional que conduza a uma fácil aceitação e integração nos mercados de trabalho.*
3. *Parece, assim, chegada a altura de se tentar o lançamento nesta C.P.L., de um «centro de aprendiza-*

gem» onde os educandos a cargo desta Instituição e, eventualmente, outros que nesta zona escolar estejam em situações análogas, possam vir a receber a referida preparação para-profissional.

4. *Para criação deste centro haveria toda a vantagem em consultar o Ministério da Educação e Investigação Científica e a Secretaria de Estado de Emprego, entidades que pela sua experiência e capacidade poderão, certamente, dar as melhores directrizes.*

- No entanto, superiormente se decidirá.

...

**PREÂMBULO DO DESPACHO
NORMATIVO Nº 9-P/80**

**MINISTÉRIOS DOS ASSUNTOS SOCIAIS,
DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO.
SECRETARIAS DE ESTADO DA POPULAÇÃO
E EMPREGO, DOS ENSINOS BÁSICO
E SECUNDÁRIO E DA SEGURANÇA SOCIAL**

Em resultado das conclusões a que chegou o grupo de trabalho nomeado pelo despacho conjunto dos Secretários de Estado da População e Emprego, dos Ensinos Básico e Secundário e da Segurança Social, publicado no Diário da República, 2ª série, de 3 de Abril de 1979, foram estruturados cursos de formação profissional para a Casa Pia de Lisboa.

Os referidos cursos, para além de conferirem uma preparação para o exercício profissional, permitem uma equivalência escolar para efeitos de emprego e continuidade de estudos.

Nestes termos, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei nº 47 587, de 10 de Março de 1967:

Determina-se:

1. São criados na Casa Pia de Lisboa cursos piloto de formação profissional.
2. Os cursos referidos no número anterior destinam-se a menores com mais de 14 anos de idade que pelas suas características têm dificuldades de inserção no esquema de ensino formal.
3. Os cursos mencionados no presente despacho são organizados de forma a permitirem a prossecução dos seguintes objectivos:
 - a) Formação profissional permanente adequada ao desenvolvimento tecnológico e empresarial, permitindo o imediato ingresso no mundo do trabalho;
 - b) Obtenção de uma carteira profissional;
 - c) Equivalência escolar para fins de emprego ou continuidade de estudos.

•••

PREÂMBULO DO DESPACHO NORMATIVO Nº 6/91

**MINISTÉRIOS DA EDUCAÇÃO E DO EMPREGO
E DA SEGURANÇA SOCIAL**

Considerando que é reconhecido o elevado índice de insucesso escolar nos vários níveis de ensino nacional;

Considerando que a experiência pedagógica que é a formação técnica e profissional na Casa Pia de Lisboa a partir do ano lectivo de 1979-1980, ao abrigo do Despacho Normativo nº 9-P/80, de 9 de Janeiro, veio a revelar-se de insofismável valia e como uma verdadeira alternativa ao ensino normalizado prosseguido na maioria dos estabelecimentos de educação, quer oficiais, quer particulares;

Considerando que a redacção do referido despacho normativo, após 10 anos de vigência, não traduz

neste momento a realidade educativa da Casa Pia de Lisboa no sector da formação técnica e profissional;

Considerando que os cursos actualmente ministrados na Casa Pia de Lisboa só correspondem aos níveis de qualificação profissional 1 e 2, convindo implementar cursos de nível 3:

Nestes termos, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei nº 47 587, de 10 de Março de 1967, determina-se:

1. São prosseguidos na Casa Pia de Lisboa os cursos técnicos e profissionais adiante discriminados, de níveis 1, 2 e 3.
2. Os referidos cursos são organizados de forma a permitir a prossecução dos seguintes objectivos:
 - 2.1. Equivalência escolar para continuidade de estudos ou fins de emprego;
 - 2.2. Formação técnica e profissional permanentemente adequada ao desenvolvimento tecnológico e empresarial, permitindo o acesso ao mundo do trabalho;
 - 2.3. A obtenção de certificado de qualificação profissional de nível 1, 2 e 3.

•••

PREÂMBULO DO DESPACHO NORMATIVO Nº 13/95

**MINISTÉRIOS DA EDUCAÇÃO E DO EMPREGO
E DA SEGURANÇA SOCIAL**

O Despacho Normativo nº 6/91, de 15 de Janeiro, criou na Casa Pia de Lisboa cursos técnico-profissionais de níveis 1, 2 e 3, revogando o Despacho Normativo nº 9-P/80 de 9 de Janeiro, que instituíra os cursos piloto de formação profissional de graus I, II e III desde o ano lectivo de 1979-1980.

Após três anos lectivos sobre a entrada em vigor do Despacho Normativo nº 6/91 e:

Considerando, através da avaliação contínua da aplicação do despacho na Casa Pia de Lisboa, que os dispositivos nele contidos não correspondem às exigências da realidade educativa da Casa Pia de Lisboa, nomeadamente quanto à necessidade do cumprimento de uma escolaridade obrigatória de nove anos;

Considerando o diálogo entre a Casa Pia de Lisboa, associações empresariais, organizações sindicais, Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), Ministério da Educação e outros no sentido de actualizar as estruturas curriculares dos cursos existentes e criar novos cursos na área da formação inicial técnica e profissional;

entende-se proceder à reformulação do Despacho Normativo nº 6/91:

- Alterando planos curriculares de cursos existentes;
- Criando novos cursos;
- Tornando mais explícito o sistema de avaliação e progressão.



Assim, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei nº 47 587, de 10 de Março de 1967, determina-se o seguinte:

1. São prosseguidos na Casa Pia de Lisboa os cursos técnico-profissionais adiante discriminados, de níveis 1, 2 e 3.
2. Os referidos cursos são organizados de forma a permitir a prossecução dos seguintes objectivos:
 - 2.1. Equivalência escolar para continuidade de estudos ou fins de emprego;
 - 2.2. Formação técnica e profissional permanentemente adequada ao desenvolvimento tecnológico e empresarial, permitindo aos jovens conhecimentos que influenciem a capacidade do seu desempenho tanto no emprego como no mercado de trabalho;
 - 2.3. Obtenção de certificados de formação profissional de nível 1, de nível 2 e de nível 3.

•••

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO DESPACHO NORMATIVO Nº 13/95 MINISTÉRIOS DA EDUCAÇÃO E DO TRABALHO E SOLIDARIEDADE

Ainda que seja cultura centenária da Casa Pia de Lisboa, o ensino técnico-profissional tem tido um desenvolvimento acelerado desde 1980 a partir da publicação do Despacho Normativo 9-P/80 de 9 de Janeiro que instituiu na Casa Pia de Lisboa os cursos pilotos de formação profissional de grau I, II e III.

Durante a década de 80 este tipo de educação permitiu que jovens (muitas vezes adversos à aquisição de conhecimentos abstractos), adquirissem conhecimentos actualizados e competências específicas necessárias a um primeiro emprego.

Já com o objectivo de substituir alguns dos cursos com um carácter tradicional (cursos exclusivamente manuais), adaptando-os aos níveis de formação da União Europeia, se organizou o Despacho normativo 6/91 de 15 de Janeiro em que teve papel importante o Ministério da Educação através do Gabinete de Educação Tecnológica, Artística e Profissional (GETAP).

Este Despacho viria a permitir melhorar significativamente a imagem geral desta via de formação, muitas vezes injustamente considerada como de segunda escolha. A criação de Cursos de Nível 3 associada à recuperação de instalações, à aquisição de equipamentos e de sistemas especializados, tornou possível a familiarização dos alunos com tecnologias e aparelhagens complexas.

Durante os primeiros anos da década de 90 foi determinante a cooperação entre a Casa Pia de Lisboa, empresas e institutos de formação com relevo para o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP). Foi esta cooperação que ajudou a definir requisitos de competências exigidas pelas futuras condições de trabalho: **a importância da destreza manual e das capacidades práticas mas também a necessidade de conhecimentos teóricos.**

Reforçou-se, então, a ideia subjacente à dinamização destes cursos na Casa Pia de Lisboa: **o nível de formação atingida por um aluno permitir-lhe-à, simultaneamente, aceder a um primeiro emprego ou a um nível superior de estudos.**

A necessidade de criar novos cursos, alterar planos curriculares e tornar mais explícito o sistema de avaliação e progressão para garantir o desenvolvimento de conhecimentos dos alunos se fizesse através de um processo dinâmico em que professores e formadores assumissem, também papéis de tutores e orientadores de projectos, foi a base para a organização do Despacho Normativo 13/95 de 21 de Março.

Durante a vigência deste Despacho sedimentou-se a ideia de que todos e cada um dos alunos que frequentam a Casa Pia de Lisboa deve, ao fim da sua escolaridade, ter adquirido saberes, competências e aptidões que lhe permitam integrar-se na sociedade. Tal significa que cada aluno deve construir o seu projecto de vida e deve poder ter acesso em cada momento do seu percurso escolar a uma via de orientação, o que determinou que se tenham activado práticas permanentes de orientação escolar e profissional.

O alargamento da escolaridade obrigatória para nove anos, o critério desde sempre assumido pela Casa Pia de Lisboa que o fim da escolaridade coincidia não com a idade dos alunos mas com o nível de formação adquirido, a necessidade de garantir aos alunos percursos de formação flexíveis e o carácter especializado dos cursos de nível 3, determinaram uma nova organização dos cursos baseada na estrutura «Área de Formação», com gestão própria, cuja dinâmica assenta numa Rede de Formação gerida pela Casa Pia de Lisboa. Cada Área pode garantir a leccionação de cursos de nível 1, 2, 3 e especializações, onde três dimensões se interligam e entrecruzam:

- a dinamização da formação geral, sociocultural e científica que permite desenvolver a capacidade de adaptação à mudança e a flexibilidade intelectual;
- a aquisição de bases teóricas de acesso às profissões;
- a aquisição e a dinamização de experiências profissionais.

Assim ao abrigo do disposto no Decreto-Lei nº 47 587 de 10 de Março de 1967, determina-se o seguinte:

1. São prosseguidos na Casa Pia de Lisboa os cursos técnico-profissionais adiante discriminados, de nível 1, 2 e 3 estruturados em várias Áreas de Formação e dinamizados numa Rede de Formação.

...Os cursos técnico-profissionais de Nível 1, Nível 2 e Nível 3 conferem um certificado de qualificação profissional e são equivalentes ao 6º, 9º e 12º anos de escolaridade

EXEMPLO DE CURSO DE NÍVEL I
Curso de Agricultura Prática

Componente de Formação Geral	Ano Único
Língua Portuguesa	5
Língua Estrangeira	3
Matemática	4
Área de Integração (a)	3
Educação Física	2
Ética ou Religião e Moral	1
	18
Componente de Formação Técnica	
Tecnologia e Práticas	15
Desenho	2
	17
TOTAL	35

(a) Na Área de integração serão leccionados módulos de História e Geografia de Portugal e Ciências da Natureza

EXEMPLO DE CURSO DE NÍVEL II
Curso de Restauração Colectiva

Componente de Formação Geral	1º ano	2º ano	3º ano
Língua Portuguesa	4	4	4
Língua Estrangeira	3	3	3
Matemática	4	4	4
Área de Integração	3	3	3
Mundo Actual			
História e Geografia			
Físico-Química e Ciências Naturais	2	2	2
Educação Física	2	2	2
Ética ou Religião e Moral	1	1	1
	19	19	19
Componente de Formação Técnica			
Tecnologia	(a) 3 a 6	(a) 3 a 6	(a) 3 a 6
Oficinas	(a) 4 a 12	(a) 4 a 12	(a) 4 a 12
Desenho	(a) 2 a 4	(a) 2 a 4	(a) 2 a 4
	16	16	16
TOTAL	35	35	35

(a) A carga horária da componente de formação técnica não excede o total de 16 horas semanais

EXEMPLO DE CURSO DE NÍVEL III
Curso Técnico de Electrónica Industrial

Componente de Formação Sociocultural	1º ano	2º ano	3º ano
Língua Portuguesa	3	3	3
Língua Estrangeira	3	3	3
Área de Integração	3	3	3
	9	9	9
Componente de Formação Científica			
Matemática	4	4	4
Ciências Físico-Químicas	3	3	3
CAD/ Desenho Técnico	2	2	...
	9	9	7
Componente de Formação Técnica			
Electrónica Analógica	6	6	...
Electrónica Digital	4	4	...
Microprocessadores	2
Informática	4
Robótica	6
Máquinas Eléctricas	4	4	4
Tecnologias de Comando	6
Práticas Laboratoriais	4	4	4
	18	18	20
TOTAL	36	36	36

SÃO TRÊS AS FINALIDADES PRINCIPAIS:

- **A Socialização:** A ideia base é que a escola não deve estar separada do mundo exterior e particularmente do mundo do trabalho.
- **A Aquisição de Capacidades Operatórias e Afetivas:** A ideia base é que numerosas capaci-

dades se adquirem através das actividades manuais e criativas.

Individualmente, o aluno adquire capacidades operatórias gerais e particulares. Em equipa os alunos testam as suas capacidades afectivas.

- **A Interdisciplinaridade através da Metodologia** de projectos que envolvem outras disciplinas perante um problema concreto.

SÃO QUATRO AS FORMAS DE PEDAGOGIA:

- **Temática** – supõe um professor/formador de uma área técnico-profissional;
- **Motivante** – cada formador é convidado a partir do mundo do trabalho;
- **Sintetizante** – os alunos aplicam os conhecimentos da formação geral na componente técnica e vice-versa;
- **Autonomizante** – cada aluno é convidado a organizar um projecto individual.

NA ORIENTAÇÃO ESCOLAR E PROFISSIONAL CONSIDERAM-SE TRÊS INSTÂNCIAS:

- **A escolar** – assume a função de ajuda na escolha de opções;
- **A informativa** – fornece aos alunos e às famílias informações precisas sobre o emprego;
- **A produtiva** – define necessidades de profissões.

SÃO DOIS OS LUGARES DOS FORMADORES:

Entende-se o perfil do professor/formador no ensino técnico-profissional como alguém que é capaz de se colocar no lugar do aluno, no seu meio escolar, familiar e social, e no lugar do trabalhador, no seu emprego, porque ele os compreende (no sentido pleno do termo).

...O desenvolvimento destes cursos pressupõe um centro de formação e uma Equipa Pedagógica que, na Casa Pia de Lisboa, corresponde a um Colégio e a uma Equipa de Gestão de Área de Formação

Têm acesso aos cursos técnico-profissionais de nível 1 os alunos que tenham concluído, com aproveitamento, quatro anos de escolaridade com a idade mínima de 13 anos de idade.

Têm acesso aos cursos de nível 2 os alunos que tenham concluído, com aproveitamento, o 6º ano de escolaridade ou um curso de nível 1.

Têm acesso aos cursos de nível 3 os alunos que tenham concluído, com aproveitamento, o 3º ciclo do ensino básico ou um curso do nível 2.

SÃO PRINCÍPIOS GERAIS DE FORMAÇÃO:

- Uma formação organizada por referência a perspectivas de emprego, no plano local ou regional.
- Uma formação pela via do ensino técnico-profissional com uma carga horária adaptada ao nível da competência visada e possibilitando a aquisição de níveis de escolaridade.
- Uma formação que possibilite a alternância.
- Uma individualização dos percursos de formação.
- Um desenho modular.
- Uma equipa pedagógica aberta ao partenariado.
- Existência de estruturas de acolhimento.
- Existência de orientação escolar e profissional.

SÃO CARACTERÍSTICAS DOS CURSOS:

- Garantir saberes fundamentais (as competências em leitura, cálculo e em geometria)

- Dar aos alunos uma base comum de conhecimentos e de capacidades que facilitem a especialização profissional e a passagem de um emprego a outro.
- Estabelecer um justo equilíbrio entre a cultura geral e a cultura técnica, facilitando e flexibilizando a gestão do tempo escolar.
- Serem concebidos numa óptica pluridisciplinar, permitindo uma visão global da realidade.
- Promoverem a acção, o espírito de iniciativa e o sentido de responsabilidade.
- Prepararem para as profissões.
- Permitirem aprender a resolver problemas humanos em situações concretas.
- Promoverem o equilíbrio socio-afectivo.
- Facilitar a inserção social e profissional

É FUNÇÃO DOS PARCEIROS DE FORMAÇÃO:

(Empresas, Institutos de Formação, Associações Empresariais)

- O acolhimento de estagiários.
- A participação na formação, na avaliação dos estagiários e nos júris das Provas de Aptidão Profissional.
- A garantia do carácter profissional duma formação adaptada às necessidades e exigências do mercado de trabalho.

Nesta luz panorâmica se entende a Casa Pia de Lisboa como uma instituição em REDE e que se está constituindo como um TERRITÓRIO EDUCATIVO na cidade de Lisboa e nos concelhos limítrofes. (Entendo o território educativo como o conjunto de relações que se estabelece entre entidades que perseguem o mesmo fim).

... E esta forma de entender é o garante dos princípios da igualdade de oportunidades e da equidade social porque se continua mudando.

Luís SILVEIRA

Director dos Serviços Técnicos da Casa Pia de Lisboa

CASA PIA DE LISBOA – ORGANIGRAMA EDUCATIVO

ACOLHIMENTO	
COLÉGIOS	LARES-RESIDÊNCIAS
PINA MANIQUE Tel: 365 12 00 Fax: 363 02 81	Alfredo Soares
	Martins Correia
	Gil Teixeira Lopes
	Maldonado Gonelha
D. MARIA PIA Tel: 816 52 00 Fax: 815 43 69	Augusto Piores
	Algueirão
	Viriato A. Tadeu
	Francisco dos Santos
	Luz Soriano
N. Sra. DA CONCEIÇÃO Tel: 382 55 80 Fax: 387 71 86	José Neto
	Domingos Sequeira
	Cândido de Oliveira
	Os Submarinos
Sta. CLARA Tel: 882 08 10 Fax: 888 33 38	Areia Branca
	S. Francisco de Sales
NUNO ÁLVARES Tel: 363 36 37 Fax: 363 03 02	António do Couto
	Francisco S. Franco
	Mulher Casapiana
Sta. CATARINA Tel: 322 45 40 Fax: 342 60 30	António Bernardo
	Albino Vieira Rocha
	Pedro Guedes
INST. JACOB R. PEREIRA Tel: 301 68 93 Fax: 301 85 86	Stª Rita (M. Estoril)
	Residência
A. AURÉLIO DA C. FERREIRA Tel: 793 59 75 Fax: 793 48 40	Residência
	Residência
ESCOLA AGRÍCOLA F. MARGIOCHI Tel: 049/87 00 38	Residência
	Residência

EDUCAÇÃO E ENSINO	
(FCD) (CRE) (ME) (ST) (BE) (CR) (EP) (EE) (FPE) (ASP) (OEP) (R)	
Ensino Secundário	C.C.G. Humanidades
	NÍVEL 3
	Técnico de Relojoaria; Técnico de Instrumentação; Técnico de Electrónica; Técnico de Mecânica Técnico de Electrónica Industrial; Técnico de Contabilidade; Técnico de Desporto; Técnico de Hotelaria/Restauração; Organização e Controlo; Design de Equipamento (interiores e exteriores).
Ensino Técnico-Profissional (PE)	NÍVEL 2
	3º Ciclo
	Relojoeiro; Instrumentista de Precisão; Electrotécnica; Electricista-Montador; Mecânica de Automóvel; Serralharia Mecânica; Pintura de Automóveis II; Serralharia Civil II; Canalizações/Latoaria II; Chaparia-Recuperador de Carrocerias; Estofador II; Carpintaria II; Pintura de Construção Civil II; Marcenaria II; Corte e Confeções II; Cozinha e Pastelaria II; Panificação e Pastelaria II; Restauração Colectiva; Artes Gráficas; Administração e Comércio; Curso Básico de Artes Visuais; Operador Agrícola; Operador de Pecuária; Auxiliar de Óptica Ocular.
Ensino Básico	NÍVEL 1
	2º Ciclo
	Canalizações/Latoaria; Chaparia; Serralharia Civil; Pintura de Automóveis; Carpintaria; Marcenaria; Pintura de Construção Civil; Estofador; Corte e Confeções; Panificação e Pastelaria; Cozinha e Pastelaria; Encadernação; Cerâmica-Olaria, Modelação e Pintura; Agricultura Prática; Informática(*) (*) Curso destinado a alunos surdos
1º Ciclo	- Educação e expressão motora - Projectos de Inovação - Educação multicultural - Língua estrangeira - Actividades pré-tecnológicas
	Ensino Especializado e Reabilitação de crianças e jovens surdos (EE) Bolsa de Estudos (BE) Saúde Escolar/Terapias (ST) Protocolos com Empresas (PE)
Educação Pré-Escolar	- Pré-escolar - Jardim infantil

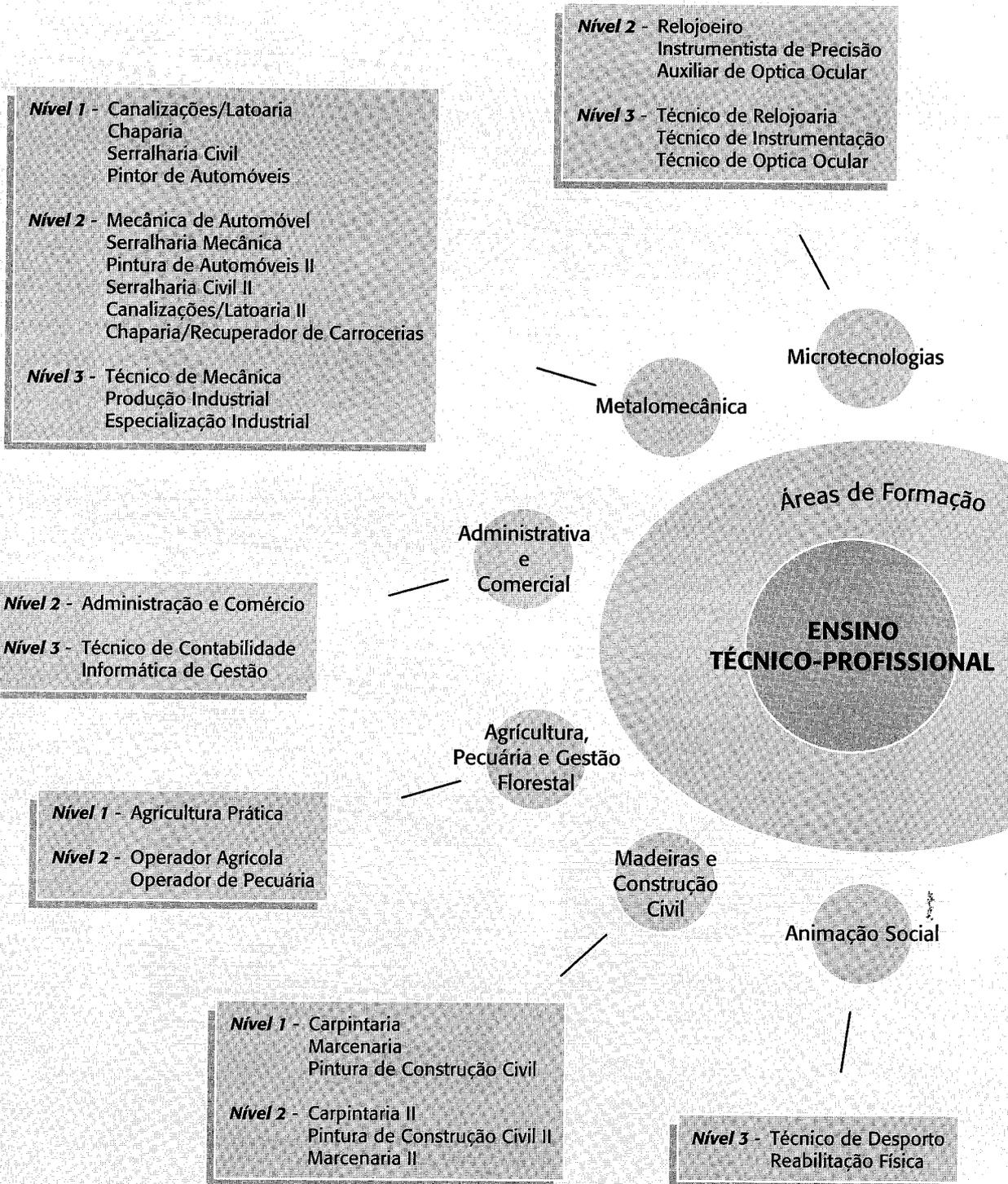
DINAMIZAÇÃO TEMPOS (CCC) (a)	
LINGUAGENS DE EXPRESSÃO	
DESPORTO	FUTEBOL TÊNIS VOLEIBOL ANDEBOL BASQUETEBOL ATLETISMO BADMINTON TÊNIS DE MESA LUTA LIVRE NATAÇÃO GINÁSTICA
EXPRESSÃO MUSICAL	COROS BANDAS CONJUNTOS MUSICAIS GRUPOS DE METAIS ORQUESTRA INSTRUMENTOS DE ARCO \ SOPRO
EXPRESSÃO CORPORAL E ARTÍSTICA	ATELIERS PINTURA E ESCULTURA TEATRO \ EXPRESSÃO DRAMÁTICA DANÇAS \ CANTARES FANTOCHES DANÇA \ BALLET AZULEJARIA \ OLARIA E TAPEÇARIA CULINÁRIA
EXPRESSÃO VISUAL	FOTOGRAFIA JORNALISMO RÁDIO ESCOLAR VÍDEO CINEMA INFORMÁTICA
FÉRIAS/LAZER	AREIA BRANCA (Praia) Qtª. DE COLARES (Praia/Campo) Qtª. DO ARRIFE (Campo) Qtª. DA MATELA (Campo)

a) Em Projecto
Formação Cívica/Religiosa (CR)
Orientação Escolar e Profissional (OEP)
Estágios Profissionalizantes (EP)
Reabilitação - Surdos/ Surdocegos (R)

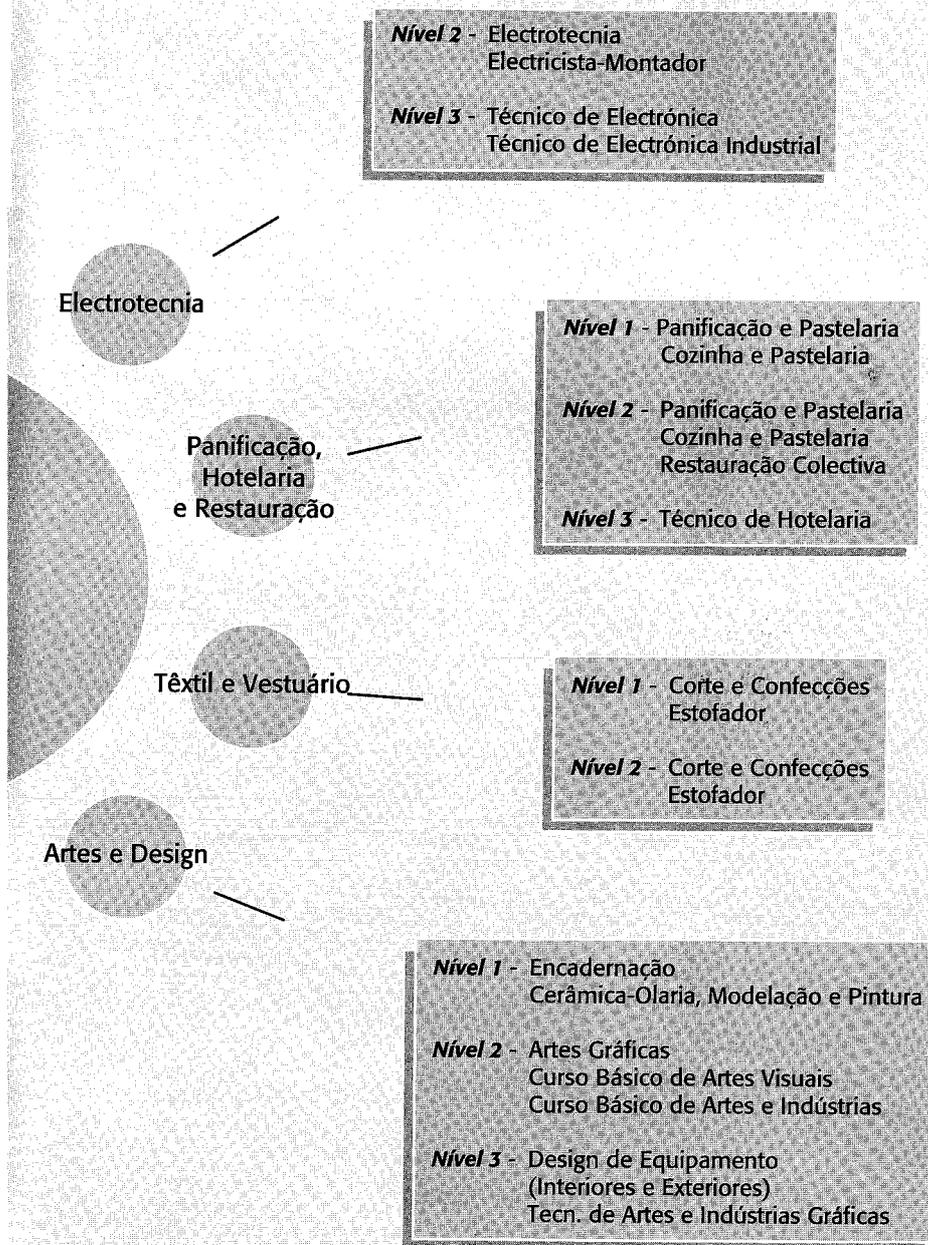
Ensino Especializado e Reabilitação de crianças e jovens surdos (EE)
Bolsa de Estudos (BE)
Saúde Escolar/Terapias (ST)
Protocolos com Empresas (PE)

Form. Prof. Especial (FPE)
Formação Contínua de Docentes (FCD)
Mediatecas Escolares (ME)
Ludotecas (L)
Apoio Social e Psicológico (ASP)

Núcleos Especializados (NE)
Centro Cultural Casapiano (CCC)
Centro de Recursos Educativos (CRE)
Programas Operacionais (PO)



CASA PIA DE LISBOA – ENSINO TÉCNICO-PROFISSIONAL - 10 ÁREAS DE FORMAÇÃO



CASA PIA DE LISBOA – OFERTA DE EDUCAÇÃO, DE ENSINO E DE FORMAÇÃO PARA O ANO LECTIVO DE

Ano lectivo 1997/98
 Percentagens por ciclos de
 Formação

E.R.

E. Pré-Esc.	265	6,10%
1.º Ciclo	890	20,10%
2.º Ciclo	795	18%
3.º Ciclo	206	5%
E. S.(C. G.)	38	0,90%
Total	2194	

E.T.P.

Nível 1	121	2,80%
Nível 2	1217	28,%
Nível 3	496	11,50%
Total	1834	

E.E./F.P.E.

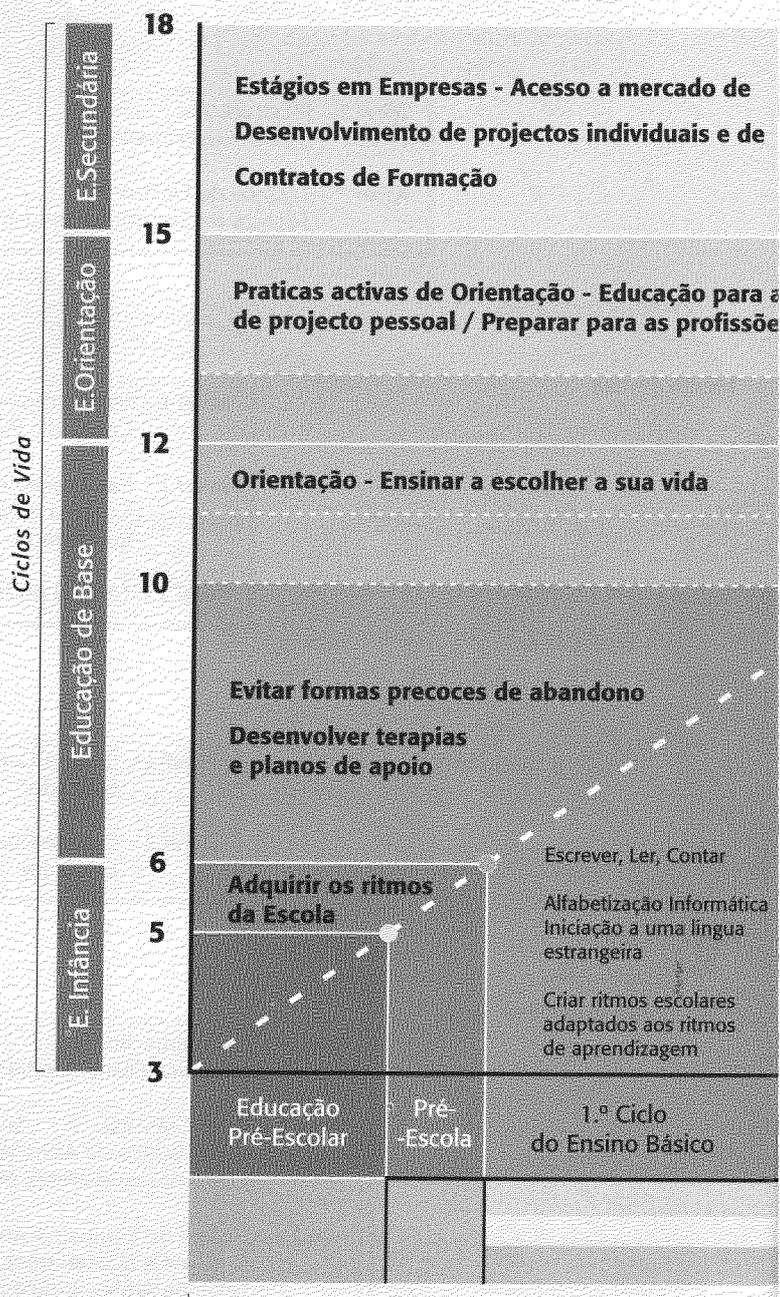
Surdocegos	23	0,52%
Formandos	203	5%

Apoios a:

Alunos surdos integrados (MOER)	30	0,70%
Alunos surdos integrados (ETP)	31	0,70%
Alunos surdocegos	25	0,60%

Ano lectivo 97/98
 Total de alunos

Ensino regular	2194	
Ensino T. Profissional	1834	
F. Profissional (cris-amllis)	203	
E.E./R. Surdocegos	23	
Apoios (Surdos e Surdocegos)	86	
Alunos Bolseiros	89	2%
Total:	4429	100%
Alunos Internos	700	



1997/98 - Saberes primordiais para todos e inserção profissional para cada um

trabalho/Acesso a E. Superior
grupo

escolha

Leccionação por áreas de formação

Avaliar a performance de cada turma em função da escolaridade obrigatória

Leccionação em sistema Modular de Ensino

1	2	3
1	2	3
4		

Dinamização de parcerias com Empresas/Institutos Superiores e sectores profissionais afins às áreas de formação ao longo dos percursos de formação.

Escolarid. Obrigatória
E.R.
E.T.P.
Alunos Internos
Alunos Semi-internos

Decréscimo de alunos
3.º período
ano lectivo 97/98

E.R.
2.º Ciclo - 5
Ensin. Sec. - 1
E.T.P.
Nível 1 - 8
Nível 2 - 79
Nível 3 - 29
Total - 127 2,8%

Formação Profissional Especial

AMLLIS
CRIS

Cursos de Educação e Formação

Cursos de Especialização

Cursos de Formação

Nível 1	Nível 2	Nível 3
2.º Ciclo do E. B.	3.º Ciclo do E. B.	Ensino Secundário

ENSINO REGULAR E ENSINO TÉCNICO-PROFISSIONAL
ENSINO ESPECIAL E REABILITAÇÃO DE SURDOS E DE SURDOCEGOS
ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA

E. SECUNDÁRIA

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Ciclos de Formação

Livros

CERÂMICA UM CASO PARADIGMÁTICO DE "HUMANOFATURA"?

Para uma visão das flexibilidades nas empresas e das organizações qualificantes

"Pretendo conceber um cenário que permita a subsistência e enriquecimento em conteúdo económico e social das empresas dos sectores tradicionais, que dão hoje ainda um sentido fortemente cultural à vida de cada comunidade. Não veria com optimismo o dia em que, no nosso país, se consumissem apenas bens de uso quotidiano fabricados maciçamente à distância para um consumidor indistinto." – É um extracto duma entrevista concedida por Almeida Silva ao EXPRESSO de 24 de Janeiro último.

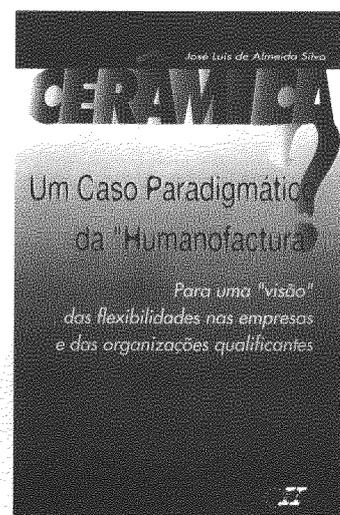
Estas expressões traduzem o resultado dum trabalho de investigação que este técnico do CENCAL levou a cabo no sector da cerâmica e que o induz a lançar-se na "construção dos cenários para uma nova empresa tradicio-

nal competitiva no século XXI", título da sua tese de doutoramento em economia, ora em preparação.

Foi de resto este trabalho de pesquisa que o CENCAL publicou no livro intitulado *Cerâmica – um caso paradigmático da "humanofatura"?* e que resultou da dissertação de mestrado em economia e gestão de ciência e tecnologia da autoria de Almeida Silva.

O trabalho que está na origem da referida dissertação e, posteriormente, do livro resultou duma pesquisa acerca das louças de mesa e decorativa, nas zonas de Alcobça e de Caldas da Rainha, que permitiu ao autor conceber o desenho teórico de um novo tipo de empresa cerâmica à volta do conceito de "humanofatura", uma espécie de simbiose entre a arte do milenar ofício artesanal, a adopção das novas tecnologias e a introdução de modelos actuais de organização e de gestão empresarial.

Um dos meios para conseguir alcançar tal desiderato reside na



transformação e no desenvolvimento das mentalidades, das atitudes e dos comportamentos dos recursos humanos, isto é, dos seus saberes, das suas competências, o que, segundo o autor, implicará a introdução de modelos flexíveis de formação profissional que permitam desenvolver o "saber estar", nomeadamente em termos de "autonomia" e, por extensão, de polivalência e de trabalho em equipa.

Autor: SILVA, José Luís de Almeida

Título: UM CASO PARADIGMÁTICO DA "HUMANOFATURA" – para uma "visão" das flexibilidades nas empresas e das organizações qualificantes

Edição: CENCAL- Laboratório, 1997

ANTÓNIO JOSÉ MARTINS

Livros

TRABALHO E DINÂMICA DOS PEQUENOS GRUPOS

A forma como as TCI (Tecnologias da Comunicação e da Informação) vêm agindo e, cada vez mais, actuam sobre os indivíduos é algo que começa a preocupar pais, pedagogos, professores, sociólogos, alguns políticos e uma parte já significativa da sociedade: o homem tem vindo a descharacterizar-se aos poucos como ser social, portanto interactivo, caminhando a passos largos para o individualismo, para o isolamento e, daqui, para formas inumanas de vida, para comportamentos desajustados, para variadíssimos tipos de marginalidade... Uma vida, sobretudo uma juventude, passada quase sistematicamente entre o computador e o monitor de televisão, por maior profusão de informações que estes veiculem, jamais conseguirá produzir mais-valias interactivas de pendor sociológico, se não houver o tempero

necessário das vivências e das reflexões grupais, se não se conseguir encontrar pontos de equilíbrio, promovendo a constituição e a dinamização de grupos, por forma a levá-los a agir como tal.

A própria teleformação ou formação a distância, apesar de poder ser utilizada/desenvolvida individualmente em períodos curtos de tempo, carece quase sempre de regulações presenciais.

Ciente desta problemática vivenciada na sua experiência de professora, Lisete Barbosa elaborou uma colectânea de exercícios, destinados a facultar, aos professores e formadores, exemplos de actividades práticas, conducentes à eficiência do trabalho com grupos e à respectiva dinâmica. Condensou-os num livro a que deu o título *Trabalho e Dinâmica dos Pequenos Grupos*.

Trata-se dum trabalho estruturado em três grupos de exercícios que tentam responder a outras tantas situações, respectivamente, as apresentações dos participantes, a estruturação dos grupos e o desenvolvimento dos

trabalhos e a dinâmica inter pessoal nos grupos.

As notas de orientação pedagógica são claras, precisas e suficientes, o que alivia o peso teórico da obra e facilita a sua utilização.

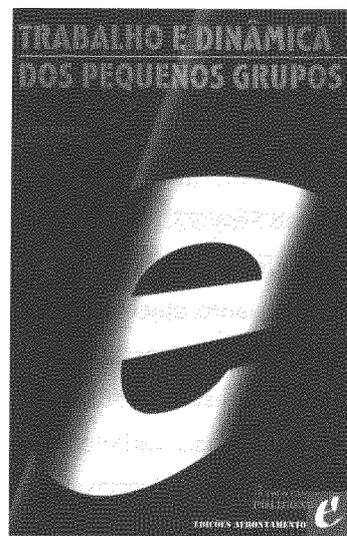
Autor: BARBOSA, Lisete

Título: *TRABALHO E DINÂMICA DE PEQUENOS GRUPOS*

Editora: Edições Afrontamento, Porto, 1995

Colecção: Polígono

ANTÓNIO JOSÉ MARTINS



TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO O QUE SÃO? PARA QUE SERVEM?

A profusão contínua de toda a espécie de informação e a procura incessante dos veículos mais modernos de todo o tipo de comunicação retiram muito tempo ao homem para se dedicar a pensar no passado para projectar o futuro. E muito mais difícil se lhe torna encontrar tempo para se debruçar um pouco sobre o próprio percurso histórico dos veículos de informação e acerca dos quês, do como, dos porquês e dos para quês das tecnologias da informação ao seu dispor.

Ora, Sérgio Sousa consegue encerrar no livro "Tecnologias da Informação – o que são? para que servem?" um conjunto de respostas simples, mas sistematizadas e eficazes, a todas as questões atrás formuladas. Sem cair no pecado da atecnicidade, utiliza uma linguagem acessível a iniciandos e a iniciados no mundo das TCI's.

Mas não se fica apenas pela abordagem e pela explicitação dos conceitos, nem tão só pelo desfazer das dúvidas; o autor propôs-se também debruçar-se



sobre as formas mais actuais dessas tecnologias.

Depois de definir o conceito e historiar o desenvolvimento das TCI's, apresenta-nos os respectivos equipamentos de suporte sob uma perspectiva de evolução temporal, faz um percurso sobre os vários tipos e utilizações do *software*, adianta alguns conselhos acerca da escolha dum computador pessoal, indica os procedimentos mínimos indispensáveis para garantir a segurança da informação, exemplifica algumas das interacções indispensáveis entre as tecnologias da informação e as empresas, percorre a zona das comunicações onde se relevam as redes de dados e termina com uma incursão nos *multimedia* e na *realidade virtual*.

Autor: SOUSA, Sérgio

Título: TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO – O que são? Para que servem?

Editora: FCA, 1ª edição, 1997

ANTÓNIO JOSÉ MARTINS

Aconteceu...

PROFISSS PROJECTO DE FORMAÇÃO INICIAL QUALIFICANTE PARA A SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

No passado dia 16 de Junho, foi apresentado o plano de formação do PROFISSS - Projecto de Formação Inicial Qualificante para a Solidariedade e Segurança Social.

Estiveram presentes na sessão, realizada em Lisboa, Sua Excelência o Secretário de Estado da Segurança Social e das Relações Laborais, Prof. Fernando Ribeiro Mendes, o Presidente da Associação Portuguesa de Segurança Social, Dr. Santos Luís, o Gestor do Programa Operacional PESSOA, Dr. Rialinho de Matos e, pela Comissão de Gestão do PROFISSS, o Dr. Francisco Mendeiros – Presidente, e o Dr. Lopes Dias, vogal.

O PROFISSS resulta de um protocolo de cooperação estabelecido entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade, através da Secretaria de Estado da Segu-

rança Social e a Associação Portuguesa de Segurança Social, no âmbito de *uma nova política de qualificação profissional*.

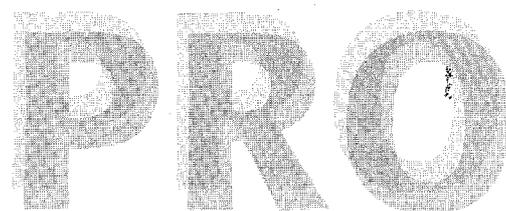
Visa-se com este projecto a preparação de uma nova geração de quadros médios e superiores, que venham a integrar o sistema de Solidariedade e de Segurança Social.

De forma subjacente, este Projecto visa a implementação de um *novo sistema metodológico integrado de formação modular*, de modo a permitir a formação presencial e a distância, em grupo e individualizada, concebido a partir de conteúdos funcionais e saberes implícitos na realidade actual – racionalizada e prospectiva.

A *interdisciplinaridade inerente aos sistemas de trabalho*, requer o contributo de várias entidades e de vários especialistas, pelo que o sistema de formação a implementar contará com a participação de conceptores e formadores, oriundos das entidades com as quais o PROFISSS está a

estabelecer parcerias. Contam-se entre essas entidades os Centros Regionais de Segurança Social, o Centro Nacional de Pensões, o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, o Organismo Nacional de Informática, Universidades, a Organização Ibero-Americana da Segurança Social, e outras instituições.

Este projecto surge como consequência natural da implementação das novas medidas de política, tendo em vista a reforma do sistema de solidariedade e de segurança social, as quais implicam novos modelos de sistemas de informação, de organização, de



gestão e novas respostas, directas e indirectas, de intervenção social.

Os cursos serão dirigidos sobretudo a jovens desempregados

e à procura do primeiro emprego, contando-se que, no âmbito do PROFISSS, se realizem, numa primeira fase que decorrerá durante o ano corrente, acções que venham a envolver cerca de 180 participantes.

Em termos académicos, os requisitos de entrada vão desde o 12º ano à licenciatura em áreas diversas, como sejam a informática, a economia, a gestão, o direito, o serviço social entre outras.

Os anúncios para que os jovens se candidatem aos primeiros cursos de formação profissional a realizar no âmbito do PROFISSS têm sido publicados na imprensa

As acções de formação iniciar-se-ão no princípio do próximo mês de Setembro.

Além da formação inicial de jovens, o PROFISSS irá também potenciar a formação contínua dos recursos humanos envolvidos nos vários sub-domínios do saber dos sistemas de trabalho da solidariedade e da segurança social.

A sustentabilidade da formação inicial de jovens, será garantida pela constituição de uma rede de especialistas com competências técnicas e pedagógicas em Solidariedade e Segurança Social, os quais receberão formação inovadora de forma a

Pretende-se, através do cumprimento dos objectivos previstos no PROFISSS, contribuir para que o sistema de solidariedade e de segurança social responda de forma sustentada aos desafios que enfrenta em resultado das exigências da sociedade e, subseqüentemente, da reforma já encetada, no quadro de um renovado papel que o país assume face a preocupações de coesão, não só de cariz económica e monetária mas também sociais.

FISSS

escrita. O processo de recrutamento ocorrerá nas regiões – Lisboa e Vale do Tejo, Norte, Centro, Alentejo e Algarve.

poderem intervir quer seja como Redactores de Material Didáctico, Formadores, Orientadores ou Tutores.

Vai acontecer...

CONCURSOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Os Concursos de Formação Profissional estão aí à porta.

Promover a valorização sócio-profissional, o sentido de qualidade, a criatividade e a excelência no trabalho são objectivos deste evento, que se assume igualmente como um local de convívio e intercâmbio sócio-cultural, de divulgação das técnicas e métodos de trabalho mais eficazes e de dinamização do sistema de Formação Profissional.

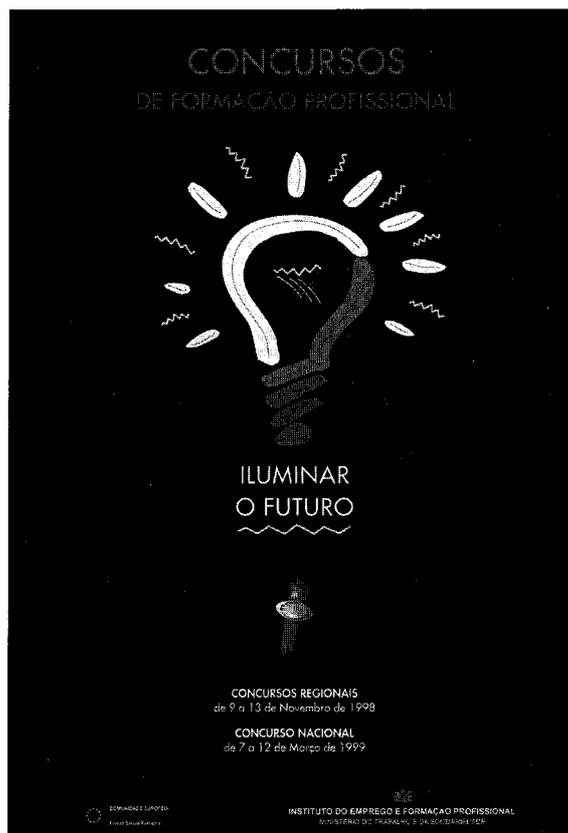
Esta iniciativa dirige-se a jovens, dos **17 aos 21 anos** (nascidos entre 1 de Janeiro de 1977 e 31 de Dezembro de 1982), que tenham uma **qualificação profissional**, adquirida por via da formação ou da experiência, e constitui uma oportunidade para os concorrentes se valorizarem como profissionais e cidadãos.

Os candidatos podem inscrever-se –por iniciativa individual ou propostos por Empresas, Centros de Formação Profissio-

nal, Escolas Secundárias e Profissionais ou outras entidades formadoras– até ao dia **30 de Setembro**, nos Centros de Formação Profissional e Centros de Emprego do IEFP.

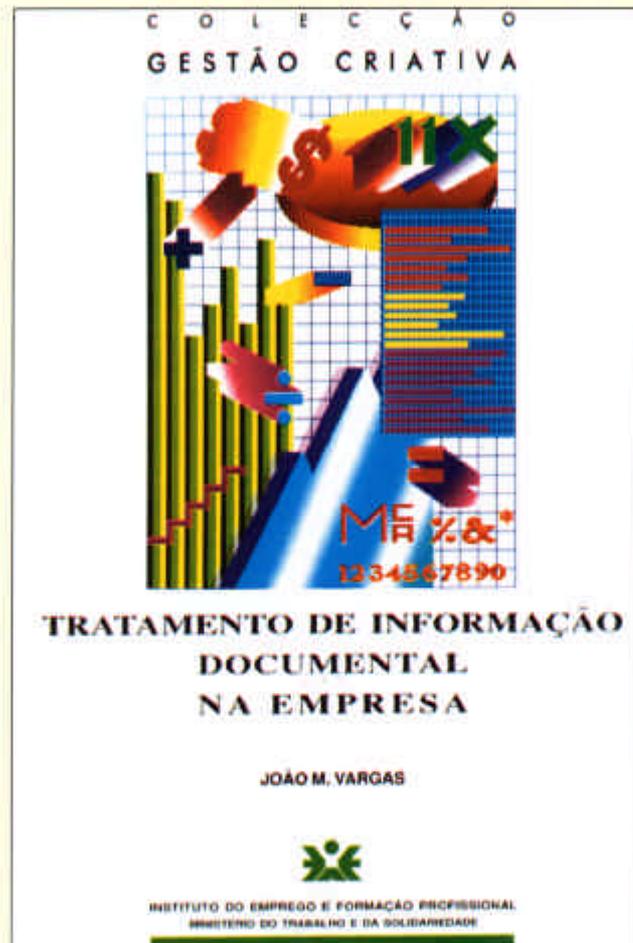
Os **Concursos Regionais** decorrem entre **9 e 13 de Novembro**, sendo o seu objectivo apurar e premiar os melhores profissionais do continente e

ilhas. Os vencedores nas diferentes profissões vão competir, em Março de 1999, pelo título de campeão nacional, candidatando-se a representar Portugal, nesse ano, nas Olimpíadas do Trabalho, que terão lugar em Montreal (Canadá).





INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE



Conheça as nossas publicações!

DISTRIBUIÇÃO E VENDA:

Gabinete de Comunicação

-Núcleo de Informação Científica e Técnica

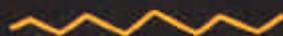
Av. José Malhoa, 11 • Piso 0 • 1070 Lisboa

Telefone 722 70 00

CONCURSOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL



ILUMINAR
O FUTURO



CONCURSOS REGIONAIS
de 9 a 13 de Novembro de 1998

CONCURSO NACIONAL
de 7 a 12 de Março de 1999